

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
UM ESTUDO DE CASO DAS OFICINAS DO
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

por

Liziane Ungaretti Minuzzo

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos, pólo de São João do
Polêsine/RS (EAD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

Orientadora: Profa. Msc. Eneida Richter

São João do Polêsine, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Aberta do Brasil
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
UM ESTUDO DE CASO DAS OFICINAS DO
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

elaborada por
Liziane Ungaretti Minuzzo

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Eneida Izabel Schirmer Richter, Msc.
(Presidente/Orientadora)

Maria Alcione Munhoz, Dra. (UFSM)

Sonia Elisabete Constante, Msc. (UFSM)

Santa Maria, 22 de outubro de 2011.

AGRADECIMENTOS

A Deus, à Deusa, ao meu Anjo da Guarda: obrigada pela ponderação e persistência.

A minha família – Evinha, Moacir e Dudu – por gostarem de mim do jeito que sou e nunca reclamarem das minhas idéias.

Aos funcionários e bolsistas do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, pela excelente recepção, atenção e envio de material, permitindo a continuação deste trabalho: Clarissa Sommer Alves e Natália Souza e Silva.

Aos meus amigos arquivistas de ontem e hoje, pela paciência em me agüentar nas situações de desespero e também pelos valiosos empréstimos de livros: Vinny Mitto (pelas risadas e conselhos devastadores) e Karine Dressler (pelas excelentes idéias e grandes empréstimos!).

Ao todos meus amigos pré e pós Arquivologia, por me acompanharem em viagens, festas e demais indias: Fabiana Alves Coelho, Rejane Cristina Job, Juliana R.L. Vocês fazem a diferença!

A Rosane Fluck e o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, por terem me proporcionado o contato inicial com a Educação Patrimonial em arquivos.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ESTUDO DE CASO DAS OFICINAS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autora: LIZIANE UNGARETTI MINUZZO
Orientadora: ENEIDA IZABEL SCHIRMER RICHTER
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de outubro de 2011.

O trabalho faz um levantamento das atividades de Educação Patrimonial promovidas por arquivos. Objetiva descrever e analisar as Oficinas de Educação Patrimonial do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e suas implicações na construção da cidadania, identidade e preservação da memória. Descreve brevemente os serviços, histórico, equipe e acervo do APERS. Apresenta referencial teórico sobre os conceitos de patrimônio cultural, cidadania, memória e identidade, bem como os tipos de atividades educativas que podem ser promovidas por arquivos. Aborda três casos de arquivos brasileiros que promovem programas e atividades de Educação Patrimonial. Culmina na análise destes dados e sua comparação com o referencial teórico. Conclui com apontamento dos pontos fortes e propõe ações de melhoria.

Palavras-chave: patrimônio cultural. educação patrimonial. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

RESUMEN

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ESTUDO DE CASO DAS OFICINAS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SERVICIOS EDUCATIVOS: UN ESTUDIO DE CASO DE LOS TALLERES DEL ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: LIZIANE UNGARETTI MINUZZO
ORIENTADOR: ENEIDA IZABEL SCHIRMER RICHTER
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de outubro de 2011.

Este estudio busca comprender los servicios educativos promovidos por archivos. Su objetivo es describir y analizar los Talleres de *Educación Patrimonial* del Archivo Público del Estado de Rio Grande del Sur (APERS) y sus implicaciones en la construcción de la ciudadanía, la identidad y la preservación de la memoria. Describe brevemente los servicios, la historia, el personal y los fondos documentales del APERS. Presenta los conceptos teóricos del patrimonio cultural, ciudadanía, identidad y memoria, así como los tipos de actividades educativas que pueden ser promovidas por archivos. Se describen tres casos de archivos brasileños que fomentan programas y servicios educativos. Culmina en el análisis de estos datos y su comparación con el marco teórico. Se concluye con sugerencias de mejora.

Palabras clave: patrimonio cultural. servicios educativos. Archivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fachada de um dos prédios do APERS, vista da Rua Riachuelo	13
Figura 2 – Escada no jardim	14
Figura 3 – Prédio em "L", fachada	15
Figura 4 – Projeto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1911) ...	17
Figura 5 – Acervo	18
Figura 6 – APERS festeja 105 anos	18
Figura 7 – Capa do <i>folder</i> das Oficinas	62
Figura 8 – Capa e contracapa do <i>folder</i> do curso	63
Figura 9 – Logotipo da Oficina “Os Tesouros da Família Arquivo”	64
Figura 10 – Logotipo da Oficina “Desvendando o Arquivo Público”	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHCJF - Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora

AHPAMV - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APB - Arquivo Público da Bahia

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

EJA - Ensino de jovens e adultos

FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul

FAPA - Faculdade Porto Alegrense

IPA - Instituto Porto Alegre

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SARH - Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos

SEAAD - Seção de Apoio Administrativo

SIARQ/RS - Sistema de Arquivo do Estado

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	12
2.1 Objetivo geral	12
2.2 Objetivos específicos	12
2.3 Descrição do Arquivo Público do Estado	13
2.3.1 Histórico e conjunto arquitetônico.....	14
2.3.2 Acervo	17
2.3.3 Equipe e Serviços	19
3 REFERENCIAL TEÓRICO	23
3.1 Memória: a identidade do cidadão	23
3.2 Cidadania e acesso à informação nos arquivos	25
3.3 Patrimônio e arquivos	28
3.3.1 Patrimônio cultural.....	31
3.3.2 Patrimônio cultural e arquivos	33
3.4 Os usuários dos arquivos	34
3.5 Por que Educação Patrimonial?	37
3.6 Educação Patrimonial em arquivos	41
3.6.1 Histórico dos serviços educativos	42
3.6.2 Tipos de atividades	43
3.6.3 Exemplos de serviços educativos em arquivos brasileiros	45
4 METODOLOGIA	54
5 RESULTADOS: OFICINAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	58
5.1 Oficina “Os Tesouros da Família Arquivo”	63
5.2 Oficina “Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia”	68
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	72
7 CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	81
Anexo A – Folhetos das Oficinas de Educação Patrimonial	85

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia é o resultado de um trabalho realizado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação a Distância Especialização *Lato-sensu* em Gestão em Arquivos, promovida por convênio entre Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Os princípios democráticos de livre acesso à informação pública em arquivos, sua conseqüente transparência administrativa e a participação dos cidadãos inseriram a Arquivologia contemporânea em um cenário de mudanças conceituais. Os arquivos públicos já não são locais que tem como função principal apenas a guarda de documentação das instituições pelas quais estão ligados. No entanto, percebe-se ainda um abismo entre as funções dos arquivos administrativos e dos arquivos históricos. Parece que os arquivos que servem à administração pública esqueceram que também servem aos cidadãos (sejam estes interessados em testemunhos probatórios de seus direitos, pesquisadores ou mesmo aqueles em busca de cultura). Como afirma Bellotto (2004), a distância entre a administração e a história, no que concerne aos documentos, é apenas uma questão de tempo.

Deve-se ter em mente que os arquivos também são agentes responsáveis no desenvolvimento das sociedades, juntamente com outras instituições culturais e educativas. Esta faceta cultural e social é observada quando se compreende a unicidade das funções arquivísticas: recolher, conservar e servir os documentos. Compreensão reforçada pela Declaração Universal sobre os Arquivos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2010), que afirma que: “O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida”.

Com o entendimento do dever de prover acesso à informação, este trabalho versou sobre Educação Patrimonial que qualquer arquivo público, seja da esfera estadual, municipal ou federal, poderá desenvolver. Para tornar possível esta pesquisa, o universo de estudo foi restringido a um órgão estadual: o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES).

Necessário deixar claro a compreensão sobre a metodologia didático-pedagógica Educação Patrimonial dentro da literatura arquivística. A autora Heloísa Liberalli Bellotto (2004), por exemplo, observa os serviços educativos como uma

forma de difusão dos arquivos públicos, projetando-os na comunidade. Deve-se ter o cuidado de não resumir estes serviços à finalidade simples e pura da difusão do arquivo. Por um lado, esta aproximação acaba gerando uma idéia restrita de que difusão nada mais é do que propaganda do arquivo. Logo, quando se consideram os serviços educativos e ações culturais como parte da difusão, e esta, por sua vez, é entendida como marketing, acaba-se por eliminar a finalidade dos arquivos enquanto instituições com potencial de promoção da cidadania e preservação da memória. Esta abordagem é refutada quando se percebe que os arquivos não bastam por si só, mas fazem parte de um todo, ou seja, de uma sociedade que está preocupada com os meios e formas de identificar seus bens culturais e preservá-los.

A prática da metodologia da Educação Patrimonial pode ser também uma maneira de difundir o arquivo na sociedade. Mas seus objetivos vão além da propaganda. A ação educativa tem seu foco voltado à formação da identidade cultural, que é elemento fundamental à constituição do cidadão.

Portando, nesta monografia considera-se que Educação Patrimonial, em suas diversas acepções – atividades educativas, ações educativas ou serviços educativos–, é uma metodologia didático-pedagógica, cuja finalidade é fomentar a compreensão do Patrimônio Cultural de um grupo de pessoas ou de uma nação.

O Patrimônio Cultural engloba diversos bens culturais, materiais e imateriais, dentre eles os documentos arquivísticos históricos. Assim, a Educação Patrimonial desenvolvida em acervos de arquivos é uma forma alternativa, participativa e lúdica, que vai além dos muros das escolas e dos museus e aproxima o público-alvo das suas raízes históricas, sociais e culturais. As atividades de Educação Patrimonial ajudam a despertar o interesse dos estudantes pela disciplina de História e também proporcionam a ampliação do conhecimento a respeito dos espaços sócio-culturais onde vivem. Além disso, os recursos didáticos das atividades de Educação Patrimonial também remetem a outras espécies de patrimônio, como é o caso dos bens imateriais e do patrimônio artístico-cultural.

A Educação Patrimonial em arquivos deve ser um trabalho de equipe, no qual estão envolvidos não apenas os historiadores, mas também arquivistas, pedagogos, sociólogos e outros profissionais. Esta metodologia pressupõe a confecção de textos, cartilhas, entre outros recursos, embasada em bibliografia especializada e que serve de apoio à prestação dos serviços educativos. Os públicos destes serviços são diversos, o que pressupõe aplicação da Educação Patrimonial a todos

os cidadãos, ou seja, não devem ser restringidos apenas às crianças e adolescentes em idade escolar.

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul foi escolhido para este estudo de caso pelos seguintes motivos:

- a) proximidade geográfica, cultural e histórica;
- b) amplo acervo documental que retrata a história do Estado do Rio Grande do Sul;
- c) existência de um conhecido projeto de ação educativa, voltado aos estudantes do ensino fundamental.

Além dos motivos acima expostos, esta monografia foi instigada pela crença de que é fundamental o oferecimento de disciplinas que façam uma aproximação do meio acadêmico dos cursos de Arquivologia às práticas pedagógicas e culturais. Entende-se que o arquivista também pode apoiar a educação de crianças e jovens e na formação continuada de adultos; torna-se assim um potencial agente transformador na sociedade.

Quanto à organização desta monografia, ela está estruturada da seguinte forma:

- a) contextualização do estudo: onde são estabelecidos os objetivos geral e específicos e são descritos os serviços do APERS, seu histórico, equipe e acervo;
- b) levantamento bibliográfico: inicia na conceituação de memória, cidadania e acesso à informação e conclui com propostas de atividades de Educação Patrimonial em arquivos;
- c) metodologia: este Capítulo explica como foram coletados os dados e informações;
- d) análise dos dados e discussão dos resultados: os dados coletados nas observações, entrevistas e em outras fontes de pesquisa estão dispostos nos Capítulos 5 e 6. O Capítulo 5 discorre sobre as Oficinas de Educação Patrimonial do APERS. O Capítulo 6 faz uma análise comparativa e aproxima a teoria da prática.

O Capítulo 7, Conclusão, sintetiza os resultados obtidos com a pesquisa e explicita se objetivos específicos propostos inicialmente foram atendidos. Também relata as dificuldades que a pesquisa encontrou ao longo da coleta de dados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo de caso foi desenvolvido no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Visou identificar as atividades de Educação Patrimonial praticadas no Arquivo, as formas como estas atividades estavam organizadas e dirigidas e a que tipo de público se destinavam. O foco deste estudo foi o Projeto Ação Educativa e suas duas Oficinas.

Com relação ao problema de pesquisa deste estudo, formulou-se a seguinte questão: Como são desenvolvidos os serviços educativos no APERS e em quais aspectos sua metodologia está em concomitância com a literatura arquivística?

Esta questão possibilitou a elaboração dos objetivos geral e específicos, que nortearam as diretrizes desta pesquisa. Guiaram a construção deste estudo, de forma a estabelecer uma relação entre as Oficinas do APERS e a metodologia da Educação Patrimonial.

2.1 Objetivo geral

O objetivo geral foi: analisar criticamente os serviços educativos do APERS sob a ótica da Educação Patrimonial e suas implicações na construção da cidadania, identidade, preservação da memória e acesso à informação.

2.2 Objetivos específicos

Do objetivo geral, inferem-se os objetivos específicos do estudo, que são:

- a) estudar conceitos e práticas de Educação Patrimonial através do levantamento da literatura;
- b) identificar quais são as atividades educativas promovidas pelo APERS, seu método de trabalho e recursos envolvidos;

- c) verificar semelhanças e diferenças entre as Oficinas de Educação Patrimonial e a teoria levantada através da bibliografia especializada;
- d) sugerir ações de melhoria que possam ser empregadas no APERS e também em outros arquivos.

2.3 Descrição do Arquivo Público do Estado

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul é um Departamento da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH). Está assim constituído: Divisão de Documentação; Divisão de Pesquisa e Projetos; Seção de Apoio Administrativo.

Tem como objetivo guardar, manter e disponibilizar o acervo documental, bem como dar acesso rápido à comunidade.



Figura 1 – Fachada de um dos prédios do APERS, vista da Rua Riachuelo
Fonte: (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO, 2011)

O APERS está localizado na Rua Riachuelo, 1031, Centro da cidade de Porto Alegre. Seu horário de funcionamento é das 8h30min às 17h. A Sala de Pesquisa funciona aos sábados, das 9h às 14h. As normas da Sala de Pesquisa prevêem que

o pesquisador deve informar previamente a pesquisa, pessoalmente, por telefone ou correio eletrônico.

2.3.1 Histórico e conjunto arquitetônico

Os três prédios do APERS formam um conjunto arquitetônico eclético: são dois prédios em estilo neoclássico, construídos entre os anos de 1910 e 1918, e um prédio para a Administração. Constitui um complexo que apresenta um jardim, um túnel histórico e uma escada que dá acesso à Assembléia Legislativa. Além disso, apresenta o Espaço Cultural, formado por: Espaço Joél Abilio Pinto dos Santos; Auditório Marcos Justo Tramontini; e Sala Borges de Medeiros.



Figura 2 – Escada no jardim

Fonte: (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO, 2011).

Os Prédios I e II constituem duas alas em “L” e foram projetados para a guarda e conservação de documentos. São prédios de alvenaria que possuem teto em forma de abóbada e paredes espessas, de 0,90 a 1,5 m, cuja finalidade é manter a umidade e a temperatura estáveis. Possuem também: exaustores para renovação de ar, escadas fixas e deslizantes, pisos de ferro vazados e prateleiras de concreto armado, que na época de sua construção representavam segurança máxima para a conservação dos documentos.

O tombamento estadual do Arquivo Público efetivou-se no ano de 1991,

considerando parecer do IPHAE, através de portaria da Secretaria de Estado da Cultura. O parecer dá ênfase à ação do governo Borges de Medeiros para a guarda e preservação do patrimônio documental gaúcho e também destaca a localização do bem, inserido no espaço urbano do Centro Cultural da capital (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO, 2011).

O APERS foi criado em 8 de março de 1906, através do Decreto nº 876, firmado pelo presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Na época, compunha a Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado, por sua vez subordinada à Secretaria do Interior e Exterior. Sua função era preservar e organizar todos os documentos concernentes à administração, à legislação, à história, à geografia, às artes e indústrias do Estado.



Figura 3 – Prédio em "L", fachada

Fonte: (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO, 2011).

O APERS foi instalado primeiramente no andar térreo do edifício da Escola Complementar, atual Escola Sévigné, localizada na Rua Duque de Caxias. Foi

transferido ao prédio da “Bailante” (local onde hoje se encontra a Assembléia Legislativa), por falta de espaço, pois recebia documentação de todo o Estado,

A construção do Prédio I do APERS (atual sede, na Rua Riachuelo) iniciou entre 1908 e 1910, sendo concluído em novembro de 1912 e pronto para receber a documentação. O Prédio I foi projetado pelo arquiteto francês Maurício Grãs, sendo executado e fiscalizado por Afonso Hebert, diretor da Repartição de Obras do Estado.

Em 1913 foi publicado o Decreto nº 1994, que instituiu uma nova organização administrativa interna para o Arquivo, estruturando-o em três seções:

1ª Administrativa: mensagens presidenciais, anais da assembléia dos representantes, relatórios dos secretários de Estado, balanços do tesouro estadual e tesouro municipais, livros de registros de nomeação e posse dos funcionários.

2ª Arquivo Histórico e Geográfico: coleção do jornal “A Federação”, documentos relativos a fatos (guerras, batalhas, etc.) e personagens.

3ª Arquivo Forense: cartas de concessão de sesmarias, autos findos de jurisdição, inventários, registros de nascimento, casamento e óbito. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2011).

Apesar da mudança de 1912 para o novo Prédio, o Arquivo já enfrentava falta de espaço em menos de dez anos. E, desta forma, em janeiro de 1918, contratou-se Roberto Roncolli para a execução das obras de um segundo pavilhão para o Arquivo. A fiscalização da obra também foi feita por Afonso Hebert, sendo finalizada um ano e meio após seu início.

Em 1925, foi transferida ao Museu Júlio de Castilhos a 2ª Seção, referente ao Arquivo Histórico e Geográfico. Desta forma, originou-se posteriormente o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Contudo o crescimento da documentação foi muito rápido, e novamente surgiu a necessidade de um prédio novo que abrigasse ao menos os serviços administrativos e técnicos do Arquivo. E os prédios I e II seriam destinados apenas à guarda do acervo. O Prédio III então foi concluído em 1950 e abrigaria, a princípio, estes serviços administrativos.

Além do orçamento destinado à construção do Prédio III, outras verbas foram repassadas para serviços de encadernação e fotocópias, no intento de sanar questões relativas à preservação.

Concluído o Prédio III, este foi imediatamente ocupado pela Escola Júlio de Castilhos, pois sua sede havia sofrido um incêndio. Após a saída da Escola, o prédio passou a ser sede da Secretaria da Administração, que permaneceu até 1981. A Junta Comercial também se transferiu a este prédio. Foi apenas em 1999 que o Prédio III foi ocupado pelos funcionários do Arquivo.



Figura 4 – Projeto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1911)

Fonte: (SIMON, 2011)

2.3.2 Acervo

Conforme consulta ao site do Arquivo Público do Estado (2011), este conta com cerca de 5.300 metros lineares de documentos pertencentes aos acervos do Poder Judiciário, Poder Executivo, Poder Legislativo, Tabelionatos e Registro Civil.

O acervo do Poder Judiciário é composto de processos judiciais de caráter permanente, cujas datas limites são de 1763 a 1980. São 1.726 metros lineares de documentação. Seu quadro de arranjo inclui 103 fundos, onde cada fundo representa a comarca de um município gaúcho. A codificação empregada é numérica crescente e a ordenação nas estantes segue o método geográfico. Atualmente está em fase de reorganização, acondicionamento, informatização. Também estão elaborando instrumentos de pesquisa.



Figura 5 – Acervo

Fonte: <http://www.mp.rs.gov.br/memorial/clips/id14169.htm>



Figura 6 – APERS festeja 105 anos

Fonte: (LOSEKANN, 2011)

O acervo do Poder Executivo “[...] é constituído de documentos produzidos pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, datados de 1868 a 2003, totalizando 701,24 metros lineares” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2011). Trata-se de um acervo de caráter intermediário e permanente e está avaliado parcialmente. Os fundos do seu quadro de arranjo são as secretarias de Estado, autarquias, fundações e empresas de economia mista.

O Poder Legislativo está representado por um acervo de processos contendo propostas para criação, incorporação, fusão e desmembramentos de municípios. São processos que datam de 1953 a 1995 e totalizam 142 metros lineares. Seu quadro de arranjo é composto de apenas um fundo aberto, que foi ordenado pelo método cronológico – data de abertura do processo. Também possui caráter permanente.

O acervo dos Tabelionatos é composto de 39.404 livros notariais que datam do ano de 1763 a 1985, totalizando 1.128,12 metros lineares de documentação permanente. Seu quadro de arranjo é constituído de 95 fundos – cada fundo representa um tabelionato. A codificação de cada fundo é numérica crescente e sua ordenação é guiada pelo método geográfico. Foi feita a descrição deste acervo, conforme a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivista - ISAD(G).

O acervo do Registro Civil é constituído de dois quadros de arranjo para:

- a) livros de registros de nascimentos, casamentos e óbitos (de 1929 a 1975): o quadro de arranjo está constituído de 195 fundos, considerando-se “fundo” o Cartório de cada município. A codificação do Fundo é numérico crescente, sendo ordenados nas estantes pelo método geográfico. Totaliza 8.000.000 certidões.
- b) processos de habilitação de casamento (de 1890 a 1985): corresponde a 1.440 metros lineares de documentos permanentes. São 71 Fundos que representam os Cartórios dos municípios gaúchos. Estes processos já estão informatizados e disponíveis para consulta *online* no portal do APERS.

2.3.3 Equipe e Serviços

O quadro funcional do APERS compreende atualmente¹:

- a) 25 funcionários estatutários: 17 arquivistas, um técnico em assuntos culturais e sete agentes administrativos – estes últimos divididos entre a Seção de Apoio Administrativo (SEAAD), Tele-atendimento e Atendimento à Sala de Pesquisa;
- b) 10 estagiários: estão divididos entre a Pesquisa Histórica, a participação nas Oficinas de Educação Patrimonial e a atualização do Sistema AAP (Administração de Acervos Públicos);
- c) 10 cargos em comissão: divididos entre Pesquisa Histórica, Encadernação e Reparos e Setor de Busca e Rearquivamento;
- d) um extranumerário (Escriturário): está ligado ao SEAAD;
- e) 12 terceirizados: divididos entre Manutenção, Limpeza e Recepção;
- f) bolsistas e monitora: são três bolsistas e uma monitora, contratados especialmente para a realização das Oficinas de Educação Patrimonial.

Quanto aos serviços e atividades oferecidos pelo Arquivo Público do Estado, estes compreendem:

¹ Dados coletados em maio de 2011.

- a) atendimento ao cidadão: fornece cópias autenticadas gratuitas de certidões de nascimento, casamento, óbitos, inventários, escrituras;
- b) Balcão virtual: formulário onde os pesquisadores preenchem suas solicitações de documentos. Na pesquisa do Registro Civil (certidões de nascimento, óbito, casamento e habilitação para casamento), devem ser informados dados como nome das partes, data e município, distrito ou zona. No Legislativo faz-se pesquisa sobre processos de criação, incorporação, fusão e desmembramentos de municípios. No Judiciário deve-se informar o nome das partes, vara, município e data.
- c) atendimento ao pesquisador: disponibiliza demais documentos arquivísticos, fontes primárias para historiadores, genealogistas e demais interessados;
- d) conserto e encadernação de documentos;
- e) criação de instrumentos de pesquisa e descrição;
- f) organização do acervo;
- g) informatização;
- h) estudos históricos;
- i) coordenação do Sistema de Arquivo do Estado (SIARQ/RS): responsável pelas políticas de gestão documental. Também possui parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), na implementação de políticas de arquivo para os municípios gaúchos;
- j) parcerias com órgãos da esfera Federal e Municipal: como exemplo tem-se o convênio firmado entre Governo do Estado e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para aprimorar e ampliar as ações de História e Educação Patrimonial no APERS. Outro convênio também foi assinado, desta vez entre Estado e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, objetivando a eficiência, racionalização administrativa e economia de recursos no gerenciamento de documentos públicos;
- k) espaços para exposições e painéis: como exemplo, o Espaço Joel Abílio Pinto dos Santos recebeu a exposição "Os nomes do Sol", do artista Zupo, em abril de 2010;
- l) espaços para realização de oficinas e cursos;
- m) promoção de eventos e oficinas;

n) visitas guiadas: destinadas aos grupos da comunidade que desejam conhecer as dependências e organização do Arquivo.

Quanto à promoção de eventos e oficinas, cabe ressaltar o empenho da equipe do Arquivo Público em desenvolver atividades de difusão, em parceria com outras instituições. Dentre elas, destacam-se oficinas técnicas, eventos comemorativos e as ações do Projeto Cultural Descobrimo o Arquivo Público (por exemplo, ciclos de cine-debate e jornadas de história).

As Oficinas de Gestão de Equipamentos Culturais Públicos, por exemplo, foram compostas de módulos ao longo do ano de 2010. Foram ministradas no Auditório Marcos Justo Tramontini do APERS e estavam destinadas aos servidores públicos que atuam em arquivos, bibliotecas e museus.

O APERS também promove atividades em datas comemorativas. No dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher e também aniversário de 105 anos do APERS), foi oferecido um café da manhã aos funcionários. E na tarde deste mesmo dia, foi apresentado o *Projeto Afinal, onde estão as mulheres no Arquivo Público? Gênero, memória e história*. Este Projeto foi desenvolvido com o objetivo de divulgar o acervo da instituição e incentivar pesquisas e reflexões na área.

Com relação ao Projeto Cultural Descobrimo o Arquivo, trata-se de uma parceria entre APERS e UFRGS e intenta expandir a concepção dos arquivos junto à sociedade. Para tanto, busca-se promover a visão de que são espaços abertos, democráticos e que podem despertar a sensibilidade dos cidadãos para com as questões referentes à preservação do patrimônio cultural, histórico e social. Entre as ações deste Projeto citam-se as visitas guiadas, as oficinas de Educação Patrimonial, a Mostra de Pesquisa, exposições e palestras.

Em março de 2011, o APERS promoveu o Seminário Memória Verdade e Justiça: marcas das Ditaduras do Cone Sul. Foi uma parceria entre a SARH, a Secretaria da Cultura, a Assembléia Legislativa e a UFRGS. Esta atividade demonstra uma atualização com os debates sobre a garantia de direito à memória, à verdade e a responsabilização penal do Estado.

Destaca-se também o “Ciclo de Cine-debate sobre Revolução e Guerra Civil Espanhola”, uma parceria entre Arquivo Público e Departamento de História da UFRGS, com apoio da Associação de Amigos do APERS. O objetivo é aproximar o público acadêmico e a sociedade através de debates e exibição de filmes sobre o processo histórico que abriu o violento período da Ditadura Franquista na Espanha.

Já a Mostra de Pesquisa do APERS é um evento promovido anualmente desde 2003 e está em sua nona edição:

Iniciou como um evento destinado a pesquisadores que trabalhassem com fontes que estivessem sob guarda do APERS, e logo foi ampliada para que pudesse acolher debates suscitados por pesquisas em fontes primárias arquivadas em diversos locais.

Em 2006 o evento passou a oportunizar a publicação dos trabalhos – que anteriormente eram apenas apresentados nas mesas de discussão – além de iniciar uma profícua parceria com a ANPUH-RS e a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul para a seleção dos trabalhos recebidos (MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Portanto, atualmente, objetiva: divulgar a produção intelectual baseada em fontes primárias arquivísticas; e estimular um espaço para debates e trocas de experiências da comunidade – acadêmica ou não – interessada na pesquisa histórica.

O APERS publicou em dezembro de 2010 um novo instrumento de pesquisa: os *Catálogos Seletivos de Documentos da Escravidão*. Este minucioso trabalho incluiu o mapeamento da documentação, digitação e revisão de dados, finalizando o Projeto Documentos da Escravidão. Na primeira fase do Projeto, foi lançado o *Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade*. E em novembro de 2010 foram concluídos os *Catálogos Seletivos de Registros de Compra e Venda, Inventários, Testamentos e Processos Crimes*.

Além destas ações culturais e de difusão há também as oficinas de Educação Patrimonial, que fazem parte do Projeto Ação Educativa do APERS. Estão voltadas ao público escolar do ensino fundamental que, de uma forma lúdica, apresenta o Arquivo Público e proporciona o contato direto com fontes históricas. Tais Oficinas serão analisadas nos Capítulos 5 e 6 desta monografia.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Patrimonial é um “[...] processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, 1999, p.6 apud QUEIROZ, 2004)².

Para entender este processo, alguns conceitos como identidade, memória, cidadania e bem cultural necessitam ser trabalhados levando-se em conta a fonte primária, ou seja, o Patrimônio Documental.

3.1 Memória: a identidade do cidadão

Segundo Marilena Chauí (1997, p.128), a “[...] memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança.” A memória não se resume a um registro cerebral, puramente biológico. Além deste registro, ela engloba valores afetivos, sentimentais, valorativos e perceptivos próprios da lembrança. Tem-se também o fenômeno do esquecimento: porque se tem dificuldade de recordar algumas coisas e facilidade de lembrar outras?

Desta forma, ao reter conhecimentos e informações e excluir outros – ao lembrar ou esquecer – forma-se a identidade do indivíduo. Para Marcel Proust (19?? apud CHAUI, 1997, p. 125) “[...] a memória é a garantia de nossa própria identidade, o podermos dizer ‘eu’ reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos.” Portanto, a memória não está apenas na dimensão pessoal e introspectiva do sujeito, mas também na dimensão coletiva e objetiva, gravada sob a forma de documentos e monumentos, relatos da História de uma sociedade.

Os filósofos identificaram seis grandes tipos de memórias: a memória perceptiva, que é o reconhecimento de objetos, pessoas e lugares; a memória-

² HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999. p.6.

hábito, que é a repetição de ações ou palavras para repetição natural; a memória-fluxo-de-duração-pessoal, que representa a lembrança das coisas importantes para o sujeito; a memória social ou histórica, na qual a memória é objetiva quando uma sociedade recorda, registra, documenta, preserva e constrói, através de objetos externos; a memória biológica, gravada no código genético; e por fim a memória artificial dos computadores.

A memória social é representada, no Patrimônio Cultural de uma nação, povo ou cultura, por um “[...] conjunto de bens resultantes da experiência coletiva que um grupo humano deseja manter perene” (MACHADO, 2004, p.10).

Pode-se entender a identidade cultural através do processo da memória, quando Marilena Chauí (1997, p.118) afirma que esta

[...] revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. A memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo).

A identidade também pode ser entendida como consciência, na qual o “Eu, pessoa, cidadão e sujeito constituem a consciência como subjetividade ativa, sede da razão e do pensamento, capaz de identidade consigo mesma, virtude, direitos e verdade” (CHAUÍ, 1997, p. 119). Neste sentido, conforme um ponto de vista político, a capacidade de consciência é própria dos cidadãos. Ser cidadão é participar de relações sociais, como portador de direitos e deveres, numa relação com a esfera pública do poder e das leis. Ser cidadão também evoca o indivíduo como membro de uma classe social onde atua como portador e defensor de interesses específicos do grupo ao qual pertence, em relação com o poder e as leis do Estado.

A identidade cultural engloba o sentimento de pertencer a um grupo que compartilha tradições, histórias, memórias; realça semelhanças entre indivíduo e grupo e permite que estes aceitem as diferenças com outros grupos, a partir do entendimento, da compreensão e do conhecimento.

No campo do Patrimônio Cultural, Maria Beatriz Pinheiro Machado (2004) afirma que o processo de identificação do cidadão deve resgatar referências do passado, revelando semelhanças e diferenças com a realidade atual. O cidadão é o

indivíduo consciente de sua identidade, sob o ponto de vista político. Logo, compreende-se que cidadania é o direito de acesso à informação e à cultura. No mundo das relações com poder público, as leis devem garantir ao indivíduo o direito de acesso à informação e à memória, entre outros direitos fundamentais.

Sobre o exercício da cidadania através da participação ativa na vida cultural de uma comunidade, Franklin Leopoldo e Silva (2010) afirma o seguinte:

Uma experiência real de cidadania só pode acontecer no âmbito de uma comunidade real, aquela que faz uma experiência efetiva de si mesma e da sua cultura, e em que todos os cidadãos tenham a oportunidade de se reconhecerem como participantes ativos da vida cultural, entendida como um processo de afirmação e emancipação dos indivíduos e da comunidade.

Este exercício pode ser muito bem representado e estimulado pela Educação Patrimonial. Ela permitirá a experiência e vivência, sentimentos e ações essenciais para a lembrança e conseqüente resgate da memória do patrimônio cultural.

3.2 Cidadania e acesso à informação nos arquivos

No campo das instituições arquivísticas, algumas Constituições, tais como a brasileira e a espanhola, retratam como obrigação das administrações públicas garantirem o livre acesso aos cidadãos ao mundo do conhecimento, desde os centros especializados (bibliotecas, arquivos, centros de documentação e informação) até o acesso à Internet (ALBERCH i FUGUERAS, 2003). O direito de acesso aos documentos é um meio eficaz de fomentar a transparência e a responsabilidade democrática.

No caso da Espanha, sua Constituição de 1978, a *Ley de Patrimonio Histórico Español* (LPHE) de 1985 e a *Ley de Régimen Jurídico de las Administraciones Públicas y del Procedimiento Administrativo Común* (LRJAP-PAC) de 1992, são modelos de legislação que reconhecem o livre acesso aos arquivos e aos documentos como um direito democrático (ALBERCH i FUGUERAS, 2003). Desta forma, confere-se a estas instituições não apenas um caráter de guardião da

memória. Conforme Ramon Alberch i Fugueras (2003), esta legislação segue um contexto político, legal e cultural que representa um marco na gestão integral dos documentos. Há uma modificação de paradigma, quando se deixa de perceber os arquivos como simples depósitos estanques e se encara sob a ótica da gestão documental – o arquivo atuando junto ao produtor dos documentos, à administração pública.

A respeito da transparência das instituições públicas e políticas públicas de acesso europeias, Alberch i Fugueras (2003, p.197) conclui o seguinte:

Finalmente, debemos destacar que la transparencia y la publicidad de la actuación de las administraciones se convierten, a estas alturas, en un ineludible corolario de la democracia y un elemento fundamental de su legitimación, de modo que el nivel de efectividad del derecho de acceso a los documentos constituirá en el futuro un parámetro muy significativo del grado de democratización de las instituciones públicas. Estas premisas, junto con otras reflexiones más vinculadas a los archivos como patrimonio de la humanidad, ha llevado al Comité de ministros del Consejo de Europa a emitir una Recomendación (Nº R (2000) 13) a los estados miembros referida a la necesidad de una política europea común em materia de acceso a los archivos.

É inseparável a noção de acessibilidade aos arquivos públicos e o direito à informação e à cultura por parte do cidadão. No Brasil, o princípio de acesso à cultura é garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, **o direito** à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, **à cultura**, à dignidade, ao respeito, **à liberdade** e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, **grifo nosso**).

A Constituição brasileira deixa claro que é de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e municípios proporcionarem formas de acesso à cultura e legislar sobre o tema. No entanto, apesar do dever do Poder Público brasileiro de assegurar tal acesso – e infere-se aqui a noção de patrimônio cultural brasileiro – não há um entendimento na Constituição de que o acesso à informação também

deveria ser um dos direitos do cidadão. Este acesso é firmemente delimitado no Decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002, ao classificar as informações e documentos públicos sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado conforme graus de sigilo. São eles: ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado. Este Decreto considera

originariamente sigilosos [...] dados ou informações cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possa acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (BRASIL, 2002).

No art. 6º do Decreto supracitado, a atribuição da classificação dos documentos sigilosos é de competência do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, dos Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares, de autoridades que exerçam funções de direção, comando, chefia ou assessoramento e de servidores civis e militares, conforme regulamentação específica de cada órgão da Administração Pública Federal.

O prazo de duração da classificação mais longo é do documento considerado ultra-secreto, que é de 30 anos. Todos os prazos de classificação poderão ser prorrogados uma vez, por igual período.

Diante destas políticas – práticas não apenas do Brasil – é perceptível a pressão de associações e organizações não governamentais que defendem a abertura dos arquivos, através da desclassificação de documentos considerados secretos e que devem ser disponibilizados para consulta pública. Por exemplo, tem-se a Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, que foi “[...] criada por ocasião das comemorações dos 20 anos de Anistia no Brasil através do Decreto nº 39.680, de 24 de agosto de 1999, com o compromisso de recuperar a memória da luta pela democracia durante o período da ditadura [...]” (COMISSÃO..., 2006, p.11).

Esta Comissão busca a divulgação e disponibilização do Acervo da Luta Contra a Ditadura a interessados no tema, e também promove debates e atividades visando o resgate da memória do coletivo e dos documentos produzidos nos períodos de 1960, 1970 e 1980. Como parte de suas atividades, foi publicado o livro

As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul, em 2006. A Parte III do livro trata dos Arquivos repressivos, onde são apresentados três artigos. Fala-se sobre a documentação produzida pela polícia política e ditadura no Brasil e sobre os arquivos da repressão: arquivos policiais e militares, muitos deles “incinerados” ou que simplesmente cometeram “suicídio”. Caroline Silveira Bauer (2006), uma das autoras dos artigos supracitados, comenta a respeito dos arquivos da repressão, enquanto conjuntos documentais produzidos e acumulados por órgãos de informação e segurança:

São exemplos desse tipo de documentação os arquivos da delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) [...] e o *Archivo del terror*, no Paraguai. Em sua maioria, os arquivos da repressão se compõem de documentos pessoais roubados ou de declarações tomadas em circunstâncias de extremo desrespeito aos direitos humanos (BAUER, 2006, p.125).

Bauer (2006) afirma que os arquivos da repressão possuem não apenas um valor histórico e judicial, mas também um valor de memória e identidade. Sua abertura, além de possibilitar o acesso às fontes judiciais que comprovam as violações dos direitos humanos sofridas pelas vítimas, também promoverá a democratização da informação. E, por fim, “[...] proporcionará o conhecimento do passado recente brasileiro, permitindo a pesquisa histórica e a promoção de atividades pedagógicas para as novas gerações, lutando contra o esquecimento” (BAUER, 2006, p. 126). Estes arquivos jamais deixarão de ser um legado para as novas gerações. Portanto, consideram-se como patrimônio da humanidade.

3.3 Patrimônio e arquivos

Ao abordar o conceito de Patrimônio, Lygia Segala (2011, p.2) faz um paralelo entre o passado e o contemporâneo:

No debate contemporâneo, o sentido de patrimônio se alarga. Não é apenas o bem que se herda, mas o bem constitutivo da consciência de um grupo, um campo de disputas e de negociações, articulando-se estreitamente à memória e às identidades sociais. [...] passamos hoje de um patrimônio de tipo nacional a um patrimônio de tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico ou comunitário. A idéia de preservação de um bem cultural se articula, pois, estreitamente, ao seu conhecimento e ao seu uso social, à ciência e à consciência do patrimônio (SEGALA, 2011, p.2).

Percebe-se, portanto, uma evolução do sentido de patrimônio. Atualmente, as ações de preservação associam as idéias de consciência, memória e identidade, além de reconhecer não apenas o patrimônio material (ou tangível), mas também o patrimônio imaterial.

No Brasil, a concepção de patrimônio consolidou-se no início da República, na qual prevaleciam as idéias positivistas da classe que estava no poder, por isso era o Estado que ditava o que era considerado patrimônio. Tratava-se de uma concepção conservadora, pois a ideologia predominante na época exaltava pensadores europeus e os traduzia na arquitetura e nas artes: arquitetura, escultura, pintura.

Esta concepção começou a mudar, mesmo que timidamente, a partir da década de 1930, quando Mario de Andrade, no ano de 1936, propôs um anteprojeto de criação de um órgão voltado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Neste anteprojeto, é latente a preocupação com o caráter educativo e didático do patrimônio e com a preservação da diversidade cultural, na qual vem a tona uma perspectiva etnográfica da cultura e um equacionamento entre o erudito e o popular (GIOVANAZ, 2002).

Mesmo assim, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2003), o Decreto-lei 25³, de 30.11.1937, acabou por restringir o conceito de patrimônio, excluindo toda uma gama de bens e manifestações sociais formadoras da sociedade brasileira. Isso significou o desaparecimento de muitos bens, sejam materiais ou imateriais, da memória da nação, por não terem sido considerados de valor excepcional.

A limitação durante mais 60 anos dos instrumentos de acautelamento teve como conseqüência a concepção restrita do termo “preservação”, que costuma ser

³ Decreto-lei 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional da república dos Estados Unidos do Brasil.

entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação permite perceber que as políticas de patrimônio foram conservadoras e elitistas, já que empregavam critérios que privilegiavam bens referentes a grupos sociais de tradição europeia (no Brasil, muitas vezes identificados como classes dominantes). A abrangência destas políticas vem sendo trabalhada pelo Unesco de forma a criticar o eurocentrismo da noção tradicional de patrimônio histórico e artístico. Representa a reivindicação de países de tradição não-europeia, no sentido de constituírem também como testemunhos de sua cultura enquanto patrimônio da humanidade.

Nas décadas de 1960 e 1970 tem-se a incorporação do adjetivo “cultural” ao termo Patrimônio, e em 1988 é consolidado pelo Artigo 216 da Constituição Federal:

Constituem **patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à **memória** dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2011, grifo nosso).

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...].

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as **providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem**.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais [...] (BRASIL, 1988, **grifo nosso**).⁴

No entanto, é através da publicação do Decreto 3.551/2000⁵ que se inicia uma trajetória onde se reaviva as figuras emblemáticas de Mário de Andrade e de Aloísio Magalhães e se incluem os excluídos da “cena” do patrimônio cultural brasileiro, montada a partir de 1937. Reconhecem-se então, como manifestações culturais, as sociedades folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos indígenas, as reivindicações dos grupos descendentes de imigrantes das mais

⁴ O parágrafo segundo do Artigo 216 da Constituição brasileira reforça o direito de acesso à documentação pública. No entanto, está dúbio quem são aqueles que dela (a documentação governamental) necessitam.

⁵ O Decreto 3.551/2000 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

variadas procedências. “Contribuem, ainda, para esta reorientação não só o interesse de universidades e institutos de pesquisa em mapear, documentar e analisar as diferentes manifestações da cultura brasileira, como também a multiplicação de órgãos estaduais e federais de cultura, que se empenham em construir, via patrimônio, a ‘identidade cultural’ das regiões em que estão situados” (FONSECA, 2003, p.62).

3.3.1 Patrimônio cultural

Patrimônio Cultural, na acepção atual, foi ampliado e compreende o conjunto dos produtos técnicos, artísticos e também artesanais, das expressões literárias, músicas e lingüísticas, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente (OLIVEIRA, 2009). Complementando esta concepção, o IPHAN estende o conceito Patrimônio Cultural brasileiro aos diversos lugares e atividades de grupos e/ou comunidades:

nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos. [...] O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós, brasileiros (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NACIONAL, 2011).

Quanto à forma de identificação dos bens culturais que constituem este patrimônio, distinguem-se aqueles que são consagrados e os que não são consagrados. Os bens consagrados são protegidos por legislações, ou seja, políticas públicas. Os bens não consagrados fazem parte do dia a dia e constituem os múltiplos aspectos que a cultura viva de uma comunidade pode apresentar. Entender a cultura viva e as diversidades culturais das comunidades e grupos pressupõe a compreensão também o mundo através da eliminação de preconceitos e intolerância. Finalmente é reconhecer que não há culturas superiores a outras.

“Assim, a diversidade cultural produz características regionais que fazem com que as pessoas tenham histórias, sotaques, costumes, comidas e vestimentas muito diferentes, sendo, ao mesmo tempo, todos brasileiros” (GRUNBERG, 2007, p.4).

Apesar de o Brasil possuir políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural (também representadas através da atuação do IPHAN), ainda se faz necessário pensar a produção destes patrimônios não apenas sob a ótica da seleção e proteção de edificações, sítios e obras de arte. Mas deve ser entendido através de uma formação discursiva, que mapeia conteúdos simbólicos com o objetivo de descrever a formação da nação e construir uma identidade cultural brasileira (FONSECA, 2003).

Guiando-se neste entendimento, pode-se afirmar que

Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais – no caso brasileiro, as de origem européia, predominantemente a portuguesa – é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem. É perder de vista o que se justifica essa proteção, que, evidentemente, representa também um ônus para a sociedade e para alguns cidadãos em particular. Para que essa função se cumpra, é necessário que a ação de “proteger” seja precedida pelas ações de “identificar” e “documentar” – bases para a seleção do que deve ser protegido -, em seguida pelas ações de “promover” e “difundir”, que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados (FONSECA, 2003, p.65).

As ações transcritas acima – identificar, documentar, proteger, promover e difundir – devem basear-se nos critérios técnicos e políticos-representativos dos diferentes grupos sociais que formam uma nação. Portanto, a inclusão dos “excluídos” neste repertório dependerá: de discursos em torno do que é patrimônio cultural e patrimônio intangível; quais locais e instituições podem promover e difundir os bens culturais; como difundi-los; e, sobretudo, como identificar e proteger o patrimônio.

3.3.2 Patrimônio cultural e arquivos

Os conceitos de patrimônio, memória, identidade e conhecimento devem fazer parte das funções de equipamentos culturais, como os arquivos, bibliotecas e museus. Estas três instituições, apesar de possuírem técnicas, acervos e funções divergentes, podem confluír na gestão mais eficiente do patrimônio, através de parcerias, conforme Ramón Alberch i Fugueras e Joan Boadas (1991). As bibliotecas e os museus são instituições coletoras de coleções, formadas por objetos ou livros individuais e/ou singulares, ou seja, que bastam por si só. É o contrário dos arquivos, que são o resultado de elementos (documentos) que não tem uma existência independente e que necessitam estar integrados dentro de uma estrutura global de documentação, formando-se, assim, um conjunto documental orgânico. Portanto, o arquivo tem um caráter inevitável, que nasce espontaneamente como um conjunto documental originário de uma atividade prática, administrativa ou jurídica.

Ora, enquanto conjunto documental acumulado, originário de atividades da administração pública, o arquivo é um potencial promotor da cidadania, desde que reconheça muito bem suas funções e estabeleça uma técnica na organização de seus acervos e prestação de seus serviços.

Así, los archivos son patrimonio en la medida en que conservan organizados de manera adecuada conjuntos de documentos que deben preservarse para el futuro en atención a sus valores informativos, culturales y científicos. Aquellos documentos que se conserven para el futuro al contener información relevante devienen los elementos sustanciales del patrimonio documental de carácter histórico. Es evidente, pues, que el valor de patrimonio es esencial, ya que sobre éste reposan los otros valores de memoria, identidad y conocimiento. Por esta razón, es muy importante que los archivos lleven a cabo estrategias de recogida selectiva de documentos - archivos provados de empresas, de entidades, de asociaciones y de personalidades - con el objetivo de diversificar y enriquecer un patrimonio documental básico para el estudio y la investigación (ALBERCH I FUGUERAS, 2003, p. 200).

Até o momento, a população e os administradores ignoram os documentos arquivísticos como um patrimônio cultural de interesse geral. Os administradores geralmente entendem arquivo como um desagradável, mas inevitável, acúmulo de

massa documental com finalidade de preservação de documentos testemunhais e legais. E a população está completamente afastada e até mesmo desconhece a existência destas instituições, uma vez que tradicionalmente os arquivos, em função de falta de recursos e acesso limitado a uma minoria erudita, corroboram para esta falta de conhecimento.

A dignificação do patrimônio documental pouco a pouco vai distanciando a imagem de que arquivo serve apenas a uma parcela pequena dos cidadãos. Estes novos estudos sobre patrimônio cultural apóiam as diversas formas de comunicação do arquivo com a população, seja através da difusão de seu acervo (inclui-se publicações e instrumentos de pesquisa) ou mesmo a prática de oficinas culturais, exposições e prestação de serviços didático-pedagógicos.

3.4 Os usuários dos arquivos

Como já foi dito anteriormente, infelizmente até hoje se presencia a concepção de arquivo público como espaço para uma parcela muito pequena da população. Parcela compreendida por usuários cativos, ou seja, usuários que realmente precisam dos arquivos já que não vão encontrar a informação de que necessitam em nenhum outro lugar. Encaixam-se nesta parcela os usuários internos (da instituição maior que o arquivo serve) e externos (historiadores e algumas vezes o cidadão “comum”, que necessita de uma certidão ou prova documental).

A categoria de usuários que parece predominar até os dias atuais, nos arquivos históricos, é composta de eruditos. São acadêmicos, oriundos principalmente dos cursos de História. Desta forma, os arquivos históricos acabaram moldando seus serviços aos historiadores, com a finalidade de prever, em termos de atendimento ao público, seus anseios e necessidades de investigação.

No entanto, muitos arquivos, sobretudo europeus, já sentiam mudanças dos seus tipos de públicos, a partir de meados do século XX. O autor Cruz Mundet (2005) afirma que o público escolar, os curiosos e uma gama de novos usuários encontraram nos arquivos uma fonte de pesquisa capaz de satisfazer suas inquietudes intelectuais, de “ócio culto” e realização pessoal. A aproximação dos arquivos a este público foi reforçada pelo princípio de difusão e acesso à cultura, à

noção de arquivo público, a crescente pressão dos cidadãos conscientes de seus direitos no âmbito da informação e também ao dinamismo dos profissionais que atuam nesta área – historiadores, pedagogos, sociólogos e arquivistas (ALBERCH e FUGUERAS, 2009).

Sob esta perspectiva ideal, o autor espanhol José Ramón Cruz Mundet (2005) afirma que os serviços dos arquivos podem ser estendidos aos seguintes tipos de usuários potenciais: estudantes; outros tipos de pesquisadores (que não possuem a formação clássica do historiador); e cidadãos em geral.

Estes novos públicos, também categorizados como usuários potenciais, possuem necessidades informacionais diferenciadas, que devem ser observadas pelos arquivistas e demais funcionários dos arquivos. As crianças e adolescentes, que formam uma grande parcela dos estudantes, necessitam de formas e métodos de ensino diferenciados, que envolvem experiências e conhecimento do entorno próximo como base para a aprendizagem das disciplinas gerais, tais como a História, Geografia entre outras matérias do ensino fundamental e médio. Estas abordagens podem e devem encontrar nos arquivos uma fonte de informação para o público escolar, de duas formas:

- 1.El uso personal o en grupo para obtener datos elementales de carácter demográfico, económico, social e histórico.
- 2.El acceso mediatizado en forma de visitas concertadas, servicio educativo... donde son los centros y el profesorado quienes toman la iniciativa y median entre el archivo y los usuarios finales. (CRUZ MUNDET, 2005, p. 365-366).

Deve-se considerar também como usuário potencial os estudantes do ensino para jovens e adultos (EJA), cada vez mais comuns nas escolas brasileiras. Apesar de não se ter conhecimento de atividades culturais e educativas voltadas a este público, promovidas em arquivos, vislumbram-se algumas ações tais como: extensão dos horários de atendimento ao público; e planejamento de exposições ou mesmo oficinas com temas sobre trabalho, história local, desenvolvimento urbano e informações para o exercício da cidadania.

Com relação aos pesquisadores com formação diferente dos historiadores, estes incluem geralmente aposentados e diferentes profissionais, interessados em

assuntos como genealogia e história local. Geralmente não possuem familiaridade com pesquisa em catálogos de arquivos e não estão dispostos a engendrarem-se em buscas prolongadas, típicas em arquivos.

Os cidadãos em geral são de dois tipos: aqueles que são captados por ações culturais e de difusão, tais como exposições e publicações; e aqueles que buscam documentos probatórios, resultantes da relação Administração e administrados.

Por fim, o gestor de um arquivo deve, além de estudar seu usuário potencial e real, buscar os seguintes recursos:

- a) humanos: uma equipe multidisciplinar e capacitada no atendimento ao cliente é fundamental para aproximar o público do arquivo. Esta equipe será capaz de desenvolver serviços e produtos planejados como, por exemplo, instrumentos de descrição claros e precisos; exposições atraentes; oficinas de Educação Patrimonial para crianças do ensino fundamental com necessidades especiais, entre outras;
- b) materiais: através de uma infra-estrutura adequada, de acordo com as normas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, pessoas com dificuldade de locomoção entre outros);
- c) orçamentários: realizado através de parcerias em projetos e programas com outras instituições, para obtenção de recursos.

Também é de responsabilidade dos arquivistas adotar medidas necessárias que satisfaçam as necessidades de investigação de seus diferentes tipos de usuários externos, e também identificar e se aproximar dos seus usuários potenciais: setores da população que desconhecem os serviços oferecidos pelos arquivos públicos e históricos. Enfim, consolidam-se políticas de popularização, nas palavras de Cruz Mundet (2005): serviços educativos, publicações, exposições e todas as atividades que caracterizam a função cultural dos arquivos.

Mas como identificar as necessidades dos usuários externos e dos usuários potenciais? O arquivista deverá observar tais necessidades de informação através de estudos de usuário e de comunidades. Estes estudos são pesquisas quali-quantitativas que levantam dados sobre a população – suas características e principais aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos e culturais – ou sobre determinado tipo de usuário, por exemplo estudantes de colégios próximos ao arquivo. Ao estudar seus usuários, poderá planejar e oferecer serviços que aproximam o arquivo do cidadão. São serviços que reforçam o exercício da

cidadania através do acesso à informação, e conseqüentemente à memória, à história e à identidade cultural.

3.5 Por que Educação Patrimonial?

As discussões sobre a aplicação da metodologia de Educação Patrimonial iniciaram na década de 1980 no Brasil. Um marco destas discussões, segundo Cardoso e Montemezzo (2010), foi o I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1983. A aplicação desta metodologia em diversos campos do conhecimento ofereceu uma instrumentalização para a valorização do patrimônio cultural brasileiro. Nesta época, Maria de Lourdes Parreira Horta (1999, p.6 apud CARDOSO; MONTEMEZZO, 2010, p.2) definiu Educação Patrimonial como “[...] um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”.

Na década de 1990, o historiador José Ricardo Oriá Fernandes (1993 apud CARDOSO; MONTEMEZZO, 2010) publicou um artigo que alertava para a implementação de políticas públicas voltadas ao patrimônio histórico-cultural, compreendendo articulação de ações entre poder público e a sociedade civil por meio da pesquisa e extensão. Propõe que a metodologia da Educação Patrimonial deve ser incluída nos currículos escolares do ensino fundamental, médio e superior. Esta inclusão se daria através de disciplinas “[...] ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral” (FERNANDES, 1993, p.273 apud CARDOSO; MONTEMEZZO, 2010, p.3)⁶.

Em 1999 foi publicada a obra **Guia Básico de Educação Patrimonial** (HORTA, 1999), que difundiu uma série de ações aplicáveis aos mais diferentes espaços de aprendizagem e tipos de público, de forma que incentivasse o

⁶ FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial: uma proposta alternativa para o ensino de história. **ANPUH/Marco Zero**, v. 13, 1993.

envolvimento das comunidades, escolas, arquivos, bibliotecas etc. com a valorização do patrimônio cultural.

Complementando o sentido da Educação Patrimonial atualmente, Machado (2004, p.28) afirma que esta tem como princípio:

a experiência direta sobre os bens culturais, ou seja, a investigação de qualquer elemento do patrimônio cultural deve ser efetivada no seu ambiente. A observação concreta do objeto de investigação não pode ser substituída pelo simples discurso do professor.

Como processo ativo do conhecimento, investigação e descoberta, a metodologia proposta pode ser utilizada em objetos isolados, sítios históricos, parques, comemorações, [...] formas de cultivo, enfim, em qualquer elemento do patrimônio cultural que se queira analisar. (MACHADO, 2004, p.28)

Este entendimento apóia as ações de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Brasil. Em vídeo do IPHAN, a técnica Sônia Rampim Florêncio (2011) afirma que todo trabalho de gestão do patrimônio cultural necessita de um processo educativo. É um trabalho de construção coletiva, no qual as pessoas de uma comunidade, ao discutir o que é patrimônio, vivenciam o passado para entender o presente. Busca-se uma forma de educação que valoriza a construção coletiva através de ambientes de aprendizagem, rodas de conversa, onde o processo começa da base, e não é imposto de cima para baixo.

Há uma distinção entre serviços educativos e Educação Patrimonial. Muitos autores, sobretudo na área da arquivística espanhola, se referem a estas atividades como serviços educativos prestados por arquivos, como parte da ação cultural (e conseqüentemente difusão). Entretanto, como o Arquivo estudado neste trabalho é brasileiro, adotou-se a interpretação da produção intelectual nacional, aliada a concepção do IPHAN, quando este distingue ação educativa da Educação Patrimonial:

Toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigam pra conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso levando em conta alguma coisa que tenha relação ao com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de Educação Patrimonial! (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NACIONAL, 2011).

A adoção da metodologia da Educação Patrimonial busca suscitar no público-alvo a extinção de preconceitos através do conhecimento. Ao reconhecer contextos históricos e circunstâncias, o aluno vislumbrará valores, costumes e códigos de comportamento que constituíram a vida social do passado. “Decodificar e entender os códigos da nossa sociedade facilita a compreensão do seu modo de ser [...]. Dessa maneira, sem preconceitos, podemos trabalhar para transformar a realidade, dando um passo além da contemplação” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL 2010, p. 24).

O conhecimento da realidade cultural de um grupo social, estabelecido temporal e espacialmente, promove o diálogo enriquecedor entre as gerações. Este processo de constituição da identidade e da cidadania também pode ser obtido por meio da apropriação do patrimônio cultural e está apoiado na capacidade dos grupos sociais de se sentirem inseridos na seleção e preservação do seu legado cultural.

Além desta justificativa, a Educação Patrimonial casa perfeitamente como metodologia para o ensino da história e a preservação do patrimônio cultural. Conforme Machado (2004), a educação das futuras gerações é a ação mais eficaz para garantir a preservação do patrimônio cultural. Portanto, estas questões devem ser trabalhadas em todos os níveis de ensino.

A Educação Patrimonial retrata um ensino centrado nos bens culturais, para então desenvolver a tarefa pedagógica. Desta forma, os bens culturais são considerados como fonte primária de ensino; são recursos que podem e devem apoiar o processo de ensino. Para tanto, a Educação Patrimonial se vale de uma metodologia dividida em quatro etapas, segundo Evelina Grunberg (2007):

- a) observação: nesta etapa, está presente o uso exercícios de percepção sensorial do bem cultural ou tema observado, através de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta, entre outros;
- b) registro: uso de desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes e mapas para fixação do conhecimento percebido e do pensamento lógico e intuitivo;
- c) exploração: o bem cultural é analisado por meio de discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (bibliotecas,

arquivos, jornais, revistas, entrevistas com familiares). Desenvolvem-se as capacidades de análise e espírito crítico e interpretam-se evidências e significados;

- d) apropriação: o bem cultural é recriado através de releitura, dramatização ou interpretação em diferentes meios de expressão (poesia, textos, filmes, vídeos, pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia). Provoca nos participantes uma atuação criativa e a valorização do bem trabalhado.

Grunberg (2000) ainda complementa que a experiência do processo de aprendizado da criança, com relação a um bem cultural, leva em conta:

- a) a percepção: quando se desenvolve a capacidade de observação e interpretação dos objetos;
- b) a motivação: quando se prevê as necessidades da criança, ao proporcionar-lhe experiências concretas mais facilmente assimiláveis e retidas que as experiências abstratas;
- c) a memória: é indispensável no processo de aprendizagem. Afetivamente, o que é importante fica marcado e registrado para sempre;
- d) a emoção: deve-se envolver afetivamente a criança, desta forma, se potencializa o processo de aprendizagem.

A justificativa de adoção da Educação Patrimonial por parte dos professores da rede de ensino fundamental e médio está fundamentada na proposta de ser:

um exercício de exploração no “horizonte do passado” de cada objeto e fenômeno observados, buscando, a partir do presente, descobrir essa trajetória no tempo. É comum encontrarmos em uso na decoração das casas de hoje, objetos que perderam sua função e significados originais [...]. Esta “re-significação” dos objetos de uso cotidiano oferece um excelente tema de exploração, discussão e pesquisa, dentro ou fora da sala de aula (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, p.23).

Portanto, conclui-se que a metodologia que perpassa as propostas de Educação Patrimonial deve prever as experiências diretas com bens culturais, laboratórios destas vivências: sejam eles sítios arqueológicos, manifestações populares ou arquivos.

3.6 Educação Patrimonial em arquivos

Acredita-se que a Educação Patrimonial em arquivos, tal como se apresenta atualmente, é uma evolução dos *serviços educativos* – conceito ainda muito presente na literatura arquivística. A proposta do levantamento da literatura, portanto, era ir além da concepção restrita de serviços educativos. Este trabalho também procurou identificar as atividades de Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros. Alguns artigos foram selecionados, por descreverem casos de êxito, desenvolvidos em arquivos históricos, quer sejam da esfera municipal ou estadual⁷.

Naturalmente existe uma gama de atividades que podem ser desenvolvidas com o intuito de difundir o patrimônio cultural e documental nos arquivos. No entanto, percebeu-se que alguns autores consagrados como Heloísa Bellotto (2004), Cruz Mundet (2005) e Alberch i Fugueras (2003) basearam-se em experiências internacionais européias, como por exemplo, a francesa. Os espanhóis, assim como os franceses, chamam de serviços educativos. Geralmente são atividades voltadas às crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio. Os demais públicos (cidadãos em geral, entre eles aposentados, trabalhadores e estudantes do ensino superior) são atendidos por atividades de ação cultural. Além disso, não foi observado aprofundamento teórico destes autores espanhóis nos conceitos de patrimônio cultural e Educação Patrimonial.

No caso dos autores brasileiros pesquisados (Maria C. Londres Fonseca, Maria B. Pinheiro Machado, Elione S. Guimarães, Evelina Grunberg, entre outros), estes entendem que a conservação, preservação e divulgação da cultura dos “excluídos” são pontos nevrálgicos nas políticas nacionais de patrimônio cultural. Ainda se está estudando meios de identificar os bens culturais tangíveis e intangíveis da matriz cultural brasileira – negros e índios – além dos grupos multiculturais distintos, formados da gênese do povo europeu, africano e indígena.

⁷ Estes exemplos estão dispostos em sub-capítulo à parte.

3.6.1 Histórico dos serviços educativos

Quando se resgata o histórico dos serviços culturais nos arquivos, naturalmente se é remetido às experiências francesas que iniciaram na década de 1950. O primeiro *service éducatif* foi criado nos Arquivos Nacionais de Paris, em 1950. Foi estendido aos Arquivos departamentais (estaduais) em 1952 e nos anos seguintes, difundiu-se aos demais arquivos até 1985. Em contrapartida, sua implementação é lenta nos arquivos municipais. Estes serviços estão abertos aos estudantes de todos os níveis, sobretudo de escolas públicas: abrange desde o ensino fundamental até a faculdade. A experiência francesa é a mais rica, pois seus serviços educativos são ofertados não apenas ao mundo acadêmico, mas também ao público em geral. Além disso, são fomentadas atividades variadas: visitas no arquivo; o arquivo visita as salas de aula; exposições ao público em geral; publicações especiais segundo o tipo de público...

A Itália apresentava, até 1998, um órgão central de cooperação arquivística – o *Ufficio centrale per i beni archivistici*. Porém não promovia ações deste tipo e se ocupava de receber e transmitir informação sobre estas iniciativas. Trata-se, pois de uma organização descentralizada, ao contrário da experiência francesa: a maioria das atividades dependia apenas dos centros educativos ou arquivísticos que as promoviam.

Segundo Maria Dorneles Carnicer Arribas e Juan José Generelo Lanaspá (1998), as experiências europeias em serviços educativos podem ser resumidas em dois modelos:

- a) o modelo centralizado, francês, que favorece a cooperação estável e frutífera entre instituições educativas e arquivos. São políticas públicas do governo francês que buscam a aproximação dos currículos escolares das potencialidades dos arquivos;
- b) o modelo descentralizado, adotado não só pela Itália, mas também pelo Reino Unido e Alemanha, onde a iniciativa é local e só chega a generalizar-se através de diversas instâncias.

Diante destes modelos, os autores supracitados destacam vários problemas. O primeiro pode ser a falta de relação entre os dois grupos profissionais: arquivistas e professores. É muito comum que a oferta de serviços educativos dos arquivos não

conte com uma preparação pedagógica adequada e suficiente. Por outro lado, os professores que enviam seus alunos aos arquivos também não conhecem a documentação e, portanto não sabem se está adequada aos seus propósitos de ensino do tema estudo no momento. Falta, neste caso, estabelecer uma relação entre planos de estudos e o trabalho do arquivo.

Outro problema é a inexistência de um modelo de relacionamento entre as instituições arquivísticas e as educativas. A integração dos arquivos nos planos de estudo das escolas, de forma estável e eficaz, poderá se dar por meio de acordos e colaborações. Porém, como nem sempre se conta com respaldo suficiente do governo, o normal é vislumbrarem-se iniciativas isoladas, que não possuem força necessária para dar continuidade a estas atividades.

3.6.2 Tipos de atividades

Abaixo segue a proposta de Bellotto (2004), apoiada fortemente no exemplo francês dos serviços educativos em arquivos:

- a) visitas: atividade desenvolvida nos arquivos departamentais de *La Drôme*; é precedida do audiovisual *Les archives à livre ouvert*, que apresenta o Arquivo, seus principais fundos, a rotina de atendimento e o tratamento técnico;
- b) aula de história no arquivo: o tema é escolhido previamente pelo professor;
- c) atendimento de alunos isoladamente ou em grupos, pelo arquivista: este auxilia o aluno na consulta de instrumentos de pesquisa;
- d) concurso Jovem Historiador: dirigido a estudantes de 14 a 19 anos. Os temas abordados são amplos e, desta forma, os arquivos locais podem oferecer muitas opções de materiais;
- e) maletas pedagógicas: reúnem material didático organizado pelo arquivo, tais como reproduções de documentos e publicações;
- f) publicações destinadas especialmente ao público escolar;
- g) exposição de originais no recinto do arquivo: mesclam-se documentos de arquivo e objetos de museu;

h) promoção de campanhas, junto aos alunos, para coleta de documentos familiares ou instituições (comerciais, esportivas, religiosas, políticas etc.).

Estes documentos servirão para reforçar a história local contemporânea.

As atividades no arquivo podem ser concebidas para grupos de 23 a 40 alunos, não ultrapassando este número, em sessões de uma hora e meia, aproximadamente.

Segundo Cruz Mundet (2005), geralmente é o professor que escolhe o tema conforme seu programa escolar. Porém existem programas promovidos por bibliotecas, museus e arquivos que apresentam roteiros e temas previamente estabelecidos para realização das atividades com os alunos. Após a eleição do tema, o arquivista deverá trabalhar juntamente com o professor na escolha dos documentos. Esta escolha é determinada pelo(s): valor pedagógico e conteúdo histórico do documento; elementos que tornam o documento atrativo e que suscite o interesse dos estudantes (ilustrações, facilidade na leitura...); tipologia e suporte variados (manuscritos, mapas, cartazes, fotografias, gravações, planos, vídeos...).

Nestas atividades, os documentos podem ser manuseados pelos estudantes ou simplesmente expostos em vitrines. No caso do manuseio – um procedimento mais atrativo – a conservação dos documentos deve ser reforçada através da proteção dos mesmos com o uso de luvas apropriadas, além de uma breve exposição sobre cuidados com os documentos históricos. Também utilizam-se reproduções dos documentos a serem trabalhados. Assim, as fontes primárias são trabalhadas de maneira que os alunos possam contrastá-las com os conhecimentos adquiridos em classe e nos livros.

Nas visitas guiadas, é importante a presença e comentário do arquivista, pois este conhece os recursos da instituição onde trabalha. No caso das aulas expositivas sobre arquivos e documentação histórica, o arquivista ou o professor podem desenvolver a conversa entre os alunos, conforme segue:

A experiência mostra que, em se tratando de alunos do ensino fundamental, o mestre funciona melhor, e no caso de alunos de cursos técnicos ou pré-universitários, talvez seja preferível a atuação do arquivista. De qualquer modo, a presença do professor é fundamental do ponto de vista psicológico e pedagógico, mesmo porque, posteriormente, em classe, cabe-lhe fazer as ilações com a matéria exposta e o que foi visto no arquivo. Aliás, ele deve ser o animador de um desejável debate que se

estabeleça a propósito dos documentos e seu conteúdo entre alunos e arquivistas (BELLOTTO, 2004, p. 38).

As aulas expositivas, conforme Bellotto (2004), possuem o seguinte desenlace:

- a) estabelecimento de fundo cronológico, social, geográfico, político e econômico, representado pelo(s) documento(s) a ser(em) estudado(s);
- a) resumo, com leitura de trechos do documento escolhido;
- b) aproximação da linguagem do palestrante à realidade dos alunos, para facilitar a compreensão;
- c) alusões e chamadas às interpretações da historiografia sobre o tema pesquisado;
- d) fornecimento de bibliografia básica sobre o documento e o conteúdo.

Quanto aos recursos físicos do arquivo, o ideal é que este disponha de salas apropriadas para recepção dos estudantes, separadas da sala de pesquisa. Mas, quando não se possui este espaço, ou a escola não dispõe de meios de deslocamento até o arquivo, Cruz Mundet (2005) indica o desenvolvimento das seguintes atividades pedagógicas: maletas pedagógicas, com reproduções de documentos e fotografias; exposições itinerantes; experiências lúdicas dirigidas ao público mais jovem (jogos, *puzzles*, maquetes, recortes, entre outros).

Para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, é fundamental que o arquivo disponha de pessoal treinado. Neste sentido, o arquivista deve estar familiarizado com as necessidades dos estudantes, antevendo seus anseios e lacunas de conhecimento. Aconselha-se que arquivista e professor trabalhem juntos no desenvolvimento destas atividades.

3.6.3 Exemplos de serviços educativos em arquivos brasileiros

Abaixo apresenta-se três casos de êxito que ilustram o emprego da Educação Patrimonial e serviços educativos em arquivos brasileiros, sejam eles municipais ou estaduais:

- a) Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora: *Projeto Arquivo-Escola* (GUIMARÃES; PINHEIRO, 2003);
- b) Arquivo Público da Bahia (FERREIRA, 2008);
- c) Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho: Programa de Educação Patrimonial (ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO, 20??).

O *Projeto Arquivo-Escola*, do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora (AHCJF), iniciou em 1995. Os autores deste Projeto procuraram otimizar o uso didático dos documentos sob a custódia do AHCJF e tornar o serviço educativo permanente e cotidiano. Para tanto, perceberam o potencial didático-pedagógico do acervo arquivístico do Arquivo e criaram novos serviços ao público escolar. Conforme os autores Guimarães e Pinheiro (2003), o Arquivo Histórico baseou-se nas seguintes premissas:

- a) os arquivos representam, de forma irrefutável e motivadora, a História;
- b) aprender a história nacional e local através da fonte primária, ou seja, através dos documentos de arquivo: o ensino da história local é uma forma de apoderar-se das referências culturais do passado. Desta forma, o aluno conhecerá melhor sua região e até mesmo poderá compreender mais a história geral, que muitas vezes está afastada de seu meio. Assim, os arquivos podem perceber sua importante força social e participação na educação nacional, ao contribuir na formação integral do adolescente, do cidadão.

A primeira aula experimental do *Projeto Arquivo-Escola* foi no ano de 1995, quando o Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora recebeu uma turma da oitava série do ensino fundamental noturno. Foram expostos documentos que versavam sobre o tema "A transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Juiz de Fora". Houve uma palestra onde participaram coordenadores do Arquivo-Escola e estagiários do curso de História. Após, foi proposta uma atividade pelo professor aos alunos: imaginarem-se como jornalistas da época (final do século XIX) que tinham como missão escrever uma matéria jornalística sobre algum acontecimento.

Esta primeira aula-atividade alcançou seu objetivo, pois aproximou o aluno ao indivíduo da época, resgatando a memória e a identidade dos habitantes contemporâneos da cidade de Juiz de Fora: fazendas que hoje são bairros onde moram e circulam estes alunos. Revelou-se o processo de formação social e urbano

municipal e também relacionou-se tal processo às mudanças nacionais (ensinando História geral através da história regional).

Este novo serviço do AHCJF foi divulgado por meio de correspondências enviadas às escolas municipais públicas e particulares, que comunicavam a proposta do trabalho. O Projeto atraiu principalmente professores da primeira à quarta série do ensino fundamental. Os outros públicos interessadas são: alunos do Curso de Pedagogia, Turismo, ensino médio, funcionários da Prefeitura. O agendamento se dá através do contato do professor com a equipe do Arquivo-Escola, devendo informar o número de alunos e o tema a ser trabalhado. A prática mais comum é que os coordenadores do serviço educativo façam toda a apresentação para os alunos.

Os temas explorados pelo Projeto são boas sugestões para que outros arquivos empreguem em suas atividades didático-pedagógicas. Eis os mais procurados:

- a) modificação do espaço urbano na cidade;
- b) arquivos e preservação das fontes históricas;
- c) aspectos cotidianos da escravidão;
- d) patrimônio histórico da cidade;
- e) histórico dos bairros;
- f) histórico das escolas e evolução da educação;
- g) Plano Diretor da cidade;
- h) Revolução de 30;
- i) histórias de trabalho: transições;
- j) greves operárias;
- k) imigração.

A atividade, independente do tema escolhido, segue os seguintes passos:

- a) apresentação do Arquivo Histórico aos alunos: explica-se o que é um arquivo, a importância da preservação e conservação dos documentos, e a constituição do acervo;
- b) exposição de documentos, mapas, slides e filmes: o objetivo é excursionar historicamente pela cidade, ao revelarem-se as mudanças do espaço urbano, o patrimônio arquitetônico, o vestuário, costumes, festejos, festas cívicas, carnavais, esportes etc. Em suma, toda forma de atividade cotidiana de época.

Através do relato dos responsáveis pelo *Projeto Arquivo-Escola*, pode-se perceber o impacto desta didática nos usuários que participaram das visitas e palestras:

Os usuários de nossos serviços relataram-nos, posteriormente, que após as nossas apresentações passaram a ver a cidade com outros olhos. Assim, as ruas, os prédios, os parques, ganharam um referencial para a recuperação de memórias e histórias. Observamos que existem várias leituras da cidade, dependendo tanto da região em que reside o aluno, como da classe social à que pertence. O olhar de um aluno carente da periferia é diferente do olhar de um estudante de classe média ou alta. [...] Por exemplo, ao mostrarmos a imagem da Santa Casa de Misericórdia (um dos principais hospitais da cidade), a criança da periferia a relaciona com doenças que sofreu ou sofridas por membros de sua família; a criança da classe média e alta, a relaciona às profissões de seus pais: médicos, enfermeiras etc. (GUIMARÃES; PINHEIRO, 2003, p. 45).

Os comentários dos alunos destas duas classes sociais distintas são diferentes, porque cada um associa à sua memória, ou seja, a sua realidade.

Além das reportagens propostas como atividade de fechamento após visita e palestra expositiva no AHCJF, outras atividades foram desenvolvidas em torno do Arquivo e retratam exemplos positivos da ação deste serviço educativo junto à comunidade, sobretudo crianças do ensino fundamental:

- a) elaboração de livros sobre escravidão, contendo trechos e figuras feitos pelos alunos;
- b) confecção de maquete de uma fazenda de café, onde trabalhavam os escravos;
- c) participação dos alunos em campanhas de preservação do meio-ambiente;
- d) montagem de peças por alunos, adaptando a história relatada em processos criminais à linguagem teatral;
- e) participação dos funcionários do Arquivo em semanas culturais escolares, dando palestras sobre temas como escravidão e epidemias;
- f) participação do Arquivo em Projetos de preservação em vários níveis: o Arquivo foi convidado a fazer uma palestra e expor documentos que retratam a história local, com enfoque à preservação do patrimônio público

em geral – cuidado e respeito às praças, parques, escolas, prédios (historicos ou não, públicos e privados);

- g) visita do Arquivo às escolas: exposição de documentos e palestras às diversas turmas e alunos com dificuldades de aprendizagem.

Os autores do *Projeto Arquivo-Escola* ressaltam a necessidade dos arquivos implantarem este tipo de serviço educativo, e àqueles que não possuem, que lutem para criá-los, pois:

a utilização dos arquivos no processo de ensino contribuirá para uma melhor aprendizagem. Desta forma, estamos contribuindo para ampliar o nível de inclusão social no município, pois nosso trabalho auxilia na formação de indivíduos politicamente conscientes, futuros cidadãos participativos e cientes de sua importância enquanto agentes da história. (GUIMARÃES; PINHEIRO, 2003, p. 48).

Serviços estes que podem ser adaptados a qualquer arquivo, desde o âmbito municipal e estadual, até arquivos públicos, de idade intermediária e permanente. O valor da documentação, seja ele administrativo/probatório ou histórico-cultural, é de interesse geral da população, uma vez que abarca provas para exercício da cidadania e também serve como um testemunho dos processos.

Há também o Arquivo Público da Bahia (APB), outro caso de instituição arquivística brasileira que desenvolve projetos de Educação Patrimonial, em parceria com órgãos públicos, organizações não-governamentais, fundações e institutos. Ao longo da década de 2000, o APB promoveu os seguintes projetos de Educação Patrimonial, segundo Nelson Fernandes Ferreira (2008):

- a) Projeto Arquivo/Escola: executado desde o ano de 1991, seu objetivo é despertar a consciência sobre a importância do acervo arquivístico na interpretação do fato histórico e preservação da memória. As visitas são monitoradas por historiadores do APB e destinadas aos estudantes do ensino fundamental, médio e, sobretudo os de nível superior, dos cursos de História, Arquivologia, Patrimônio, Direito, Turismo e Biblioteconomia;
- b) Projeto Memória e Cidadania: surgiu em 2005, graças a uma parceria entre a Fundação Pedro Calmon e a Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, com apoio do SEBRAE e do Liceu

de Artes e Ofícios da Bahia. Seu objetivo foi promover a inserção no mercado de trabalho, dos jovens do entorno do APB, através da realização cursos de capacitação profissional auxiliar em higienização e restauração de documentos. Desta forma, uniu a formação técnica, o atendimento social e despertou a consciência para preservação do patrimônio histórico-cultural através do resgate da auto-estima dos jovens. O resultado, ao final do curso, foi a criação, pelos alunos, da primeira cooperativa de auxílio à restauração de documentos na Bahia;

- c) Projeto Quintas na Quinta: apresentação de música instrumental e corais de Salvador dentro do espaço do APB, com objetivo de divulgação entre os moradores do bairro da Baixa de Quintas. Parceria entre a Fundação Cultural do Estado, Camerata do Teatro Castro Alves e a Fundação Pedro Calmon;
- d) Projeto Memória da Brincadeira: iniciou em 2003 e já no ano de 2006 atendeu 7.401 crianças em oficinas realizadas no APB. Foi coordenado pela cantora e compositora Nairzinha, em parceria com a Fundação Pedro Calmon, a ONG Sons do Bem e patrocinado pelo Governo baiano. Buscou resgatar a cultura popular brasileira, enfatizando as cantigas de roda transmitidas em ritmos contemporâneos entre os alunos das escolas públicas. Foram ensinadas noções de música, manuseio de instrumentos, canções populares e confecção de brinquedos;
- e) Projeto Conhecer a Quinta - Memória, História e Memorial: visa aprofundar a pesquisa histórica do prédio onde funciona o APB;
- f) Projeto História do Arquivo Público da Bahia: promoveu a pesquisa da história do APB, desde sua fundação, em 1890, baseando-se na documentação do Setor Republicano;
- g) exposição Malê 170 anos: realizada no dia 13 de setembro de 2005, no APB. Expôs fotos, ilustrações, textos e documentos históricos sobre a Revolta dos Malês (1835) e seminário ministrado por historiadores da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica de Salvador.

Na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) também é um bom exemplo de ação educativa que se aplica aos alunos de todas as séries do ensino fundamental, médio, superior e até mesmo pós-graduação. Este

Programa foi criado em 2005, mas alguns projetos e atividades que hoje o compõem já eram desenvolvidos desde 1997. É coordenado por uma socióloga, funcionária do AHPAMV. O Programa tem como objetivo:

- 1º Criar um vínculo com a comunidade portoalegrense incidindo sobre noções de pertencimento;
- 2º Sensibilizar para as questões de patrimônio natural e cultural – material e imaterial, fomentando atitudes de reconhecimento e respeito à marca cultural humana e de cuidado com toda a vida planetária;
- 3º Fazer inclusão cultural de públicos cujos referenciais se encontram distante deste suposto mundo de eruditos, garantindo o direito à memória. (ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO, 20??, p.6).

Este Programa tem como pressuposto o processo educativo experimentado pelo aluno, buscando estimular a produção de conhecimento, a ação prática, a mudança de valores e a construção de uma ética. Os elementos abordados são: os bens tombados, a natureza, os documentos históricos, os livros, as artes (música, pintura, escultura) e as disciplinas de História, Arquivologia e Ecologia. O sucesso dos projetos do Programa de Educação Patrimonial está na interdependência de conteúdos e na flexibilidade de sua forma de apresentação. Fazem parte do Programa os seguintes projetos:

- a) projeto Vivo Toque: busca sensibilizar os professores sobre as potencialidades da Educação Patrimonial no ensino extra-classe da disciplina de História e estimular o estudo da história local, além de valorizar a imagem dos arquivos – instituições abertas a toda população, não apenas ao público erudito. Este Projeto abrange os seguintes elementos: documentos arquivísticos, prédios históricos, acervo, pesquisa, artes cênicas e história local de Porto Alegre. A oficina envolve os alunos em uma investigação sobre a o incêndio do Mercado Público da Capital, ocorrido em 1912. É promovido um jogo que ensina a pesquisar sobre o tema, mesclando também teatro e consulta a documentos históricos. O Detetive Coruja compõe o elemento cênico: ele apresenta o problema aos alunos e propõe uma aventura investigativa dentro do Arquivo, para então entender a causa do incêndio do Mercado Público. Esta atividade é encerrada por um jogo empolgante entre as equipes de alunos,

resolvendo, por fim, o mistério proposto inicialmente. O público-alvo desta oficina são estudantes de 5ª a 7ª séries do Ensino Fundamental (idades entre 10 a 14 anos) e que já tiveram contato com a disciplina de História. No entanto, está aberta também a alunos de graduação;

- b) projeto Papel Antigo e Papel Velho: destinado a alunos de 6 a 10 anos da rede de ensino estadual, municipal e particular e também crianças atendidas por outras instituições com assistência complementar. Este Projeto é fruto de uma parceria com a Usina do Papel e teve origem em 1997, com reformulações em 2000. Apresenta a fabricação do papel artesanal, feito a partir de trapos e revela sua procedência e destino, exemplificado através de alguns documentos históricos do acervo do Arquivo. Portanto estimula entre os estudantes a conscientização quanto à preservação, passada através de uma forma lúdica, com intervenções cênicas de duas personagens: a Broca e a trapeira;
- c) projeto Brincando de Editar: o público-alvo são crianças da 1ª, 2ª e 3ª série do ensino fundamental. Seu objetivo é aproximar as crianças da escrita enquanto testemunho das memórias, idéias e sentimentos, ao longo da história da humanidade. Relacionam-se elementos como papel, livros, prédios históricos e documentos. O livro é apresentado como um bem cultural, que é um patrimônio disponível nas bibliotecas do AHPAMV. Esta atividade envolve um jogo lúdico, cuja finalidade é fazer com que as crianças construam um livro. Portanto emprega a brincadeira em sua metodologia, proporcionando a apropriação espontânea da cultura da sociedade. O fechamento se dá com a criação de imagens e textos, pelas crianças, em um minilivro;
- d) projeto Sensibilização para a Vida no Âmbito Humano, Cultural e Ambiental: Projeto amplo porque valoriza uma série de elementos que vão além da finalidade estritamente histórica. Os elementos envolvidos são a natureza (entorno dos prédios do Arquivo), os acervos, os prédios históricos e as artes. Busca-se construir uma interface entre os bens naturais (meio ambiente) e os bens culturais (literatura, artes plásticas e cênicas, memória imaterial, patrimônio arquitetônico). Está estruturado em quatro vivências lúdicas: Seres da natureza (a literatura e os arquétipos brasileiros); Maga das ervas (patrimônio imaterial e a medicina da

- natureza); Sons da natureza (expressão sonora da vida); Cores da natureza (as tintas ancestrais);
- e) projeto Descobrimo a Arquivologia: oficina que busca estender ao público a noção da Arquivologia como ciência e disciplina. Abrange noções de organização, conservação e preservação dos documentos arquivísticos através de um jogo entre equipes;
 - f) evento comemorativo “Brincando no Arquivo”: é promovido desde o ano de 2005, em comemoração ao Dia das Crianças. São desenvolvidas atividades que misturam elementos e dinâmicas dos demais Projetos, tais como intervenções cênicas e oficinas de música. As entidades que trabalham com crianças órfãs ou em situação de risco tem prioridade neste evento;
 - g) visitas guiadas: nestas visitas, previamente agendadas, o visitante tem a oportunidade de conhecer o Arquivo Histórico, e recebe informações técnicas e históricas sobre o terreno, os casarões, o acervo. É uma forma de aproximar, intelectual e afetivamente, o público do AHPAMV.

Os primeiros projetos implementados pelo AHPAMV foram “Vivo Toque” e “Papel Antigo e Papel Velho”; enfatizaram, sobretudo, a guarda e preservação dos documentos. Outros projetos posteriores ampliaram o escopo e utilizaram elementos e espaços disponíveis no terreno do Arquivo, tais como a natureza e sua preservação. Todos os Projetos são orientados e guiados pelo estagiário, monitor e/ou socióloga, coordenadora do Programa.

4 METODOLOGIA

Este estudo teve como abordagem a pesquisa qualitativa, pois embasou em discussões próprias da teoria do conhecimento e da área de Arquivologia. A pesquisa qualitativa, conforme Uwe Flick (2009, p. 8), visa

[...] abordar o mundo “lá fora” (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras diferentes:

- Analisando experiências de indivíduos ou grupos [...].
- Examinando interações e comunicações que estejam desenvolvendo [...].
- Investigando documentos (textos, imagens, filmes ou músicas) ou traços semelhantes de experiências e interações. [...]

Todas estas abordagens representam formas de sentido, as quais podem ser reconstruídas e analisadas com diferentes métodos qualitativos que permitam ao pesquisador desenvolver modelos, tipologias, teorias (mais ou menos generalizáveis) como formas de descrever e explicar as questões sociais (e psicológicas).

Portanto, ao buscar responder o problema de pesquisa, foi descrito o fenômeno “serviço educativo” oferecido pelo APERS aos alunos do ensino fundamental da Região Metropolitana de Porto Alegre, no primeiro semestre de 2011. Foram empregadas abordagens distintas, tais como: a análise das experiências profissionais de funcionários, bolsistas e oficineiros do Arquivo; o exame da prática de interação dos alunos; e a investigação de documentos originários destas experiências.

A natureza do problema foi fundamental para a determinação do método a ser utilizado. Quanto aos objetivos, este estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória, pois

visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso (SILVA; MENEZES, 2001, p.21).

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de caso, cujo objetivo é: “Analisar detalhadamente o passado, presente e as intenções sociais de uma unidade social: um indivíduo, grupo, instituição ou comunidade” (RICHARDSON, 2010, p. 327).

Portanto, para estudar as atividades de educação patrimonial em arquivos, optou-se por selecionar uma instituição arquivística reconhecida, próxima da realidade do pesquisador. E as técnicas empregadas para coleta de dados foram a observação individual, a entrevista não estruturada e o levantamento bibliográfico.

A entrevista é uma técnica das Ciências Sociais que possibilita o desenvolvimento de uma relação estreita entre as pessoas envolvidas – pesquisador x entrevistado. Seu uso se justifica na afirmação de Richardson (2010, p. 208):

Quando, todavia, [o entrevistador] não deseja impor sua visão da realidade, ou pressupõe que não conhece bem a população que será entrevistada, ele precisa de uma estratégia diferente, mais flexível que apresente rigidez de formulação de entrevista estruturada ou questionário.

Portanto, a entrevista não estruturada é indicada para coletar dados neste estudo, pois obtém “[...] do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo” (RICHARDSON, 2010, p.208). A conversação guiada possibilitou a obtenção de informações detalhadas dos entrevistados, com o intuito de conhecer suas opiniões e motivações a respeito das Oficinas de educação patrimonial do APERS.

Neste estudo de caso, a entrevista não estruturada foi realizada com integrantes da Equipe de Ação Educativa do APERS: uma historiadora, coordenadora da Equipe (funcionário do Arquivo); uma historiadora, bolsista do Projeto; e quatroicineiros, estudantes de graduação de História.

A entrevista foi adotada devido à possibilidade de deixar os entrevistados a vontade. As entrevistas foram realizadas no próprio Arquivo Público, no dia 4 de maio de 2011, em horário de expediente, antes e após a Oficina “Os Tesouros da Família Arquivo”.

Optou-se por elaborar um roteiro com a identificação prévia dos temas. Portanto, tratou-se de uma técnica de entrevista do tipo guiada, que “[...] permite ao

entrevistador, utilizar um 'guia' de temas a ser explorado durante o transcurso da entrevista. As perguntas não estão pré-formuladas, são feitas durante o processo e a ordem dos temas tampouco está pré-estabelecida" (RICHARDSON, 2010, p.210).

Para o presente estudo, a aplicação da entrevista guiada teve de ser planejada da seguinte forma: conhecimento prévio do tema; identificação dos possíveis entrevistados, baseado em critério de atuação nas atividades de Educação Patrimonial do APERS; consentimento e assinatura de termo autorizando publicação do nome do Arquivo, assinado por funcionária do APERS; agendamento da entrevista; elaboração do roteiro da entrevista; execução da entrevista e anotações.

A funcionária a ser entrevistada foi identificada através de contato telefônico com arquivistas do próprio APERS. Esta pessoa foi contatada, por meio de correio eletrônico. Identificou-se como historiadora do quadro de funcionários do APERS, integrante da Equipe de Ação Educativa. Através deste primeiro contato, a historiadora também sugeriu entrevista com uma bolsista da Equipe.

O roteiro da entrevista abrangeu os seguintes questionamentos sobre os serviços educativos do APERS: Quando este serviço iniciou? O APERS possui parceria com alguma instituição para obtenção de recursos? Qual público é atendido pelas Oficinas? Qual idade predomina? Que tipo de instituição procura estes serviços? Como este serviço é divulgado na comunidade? Qual é o roteiro das Oficinas? As Oficinas empregam recursos didático-pedagógicos? Existe algum artigo, manual ou guia sobre estes serviços? Quais aspectos o entrevistado acha importante ressaltar sobre as Oficinas?

Nenhuma das entrevistas com os integrantes das Oficinas foram gravadas; utilizou-se bloco de notas para anotações das observações e respostas.

No momento da visita ao APERS e observação de uma das Oficinas, optou-se por entrevistar também quatro oficinairos. Neste momento, foi aplicada a técnica de entrevista não diretiva, sem uso de roteiro, cujo objetivo era possibilitar aos oficinairos a manifestação de suas opiniões, da maneira como eles achavam conveniente.

Quanto à observação individual não participante, esta técnica foi adotada pelo fato de permitir ao investigador não tomar parte no objeto de estudo como se fosse membro do grupo observado, mas apenas atuar como espectador atento (RICHARDSON, 2010). A observação não participante está baseada nos objetivos de pesquisa e por este motivo, o presente estudo não ficou preso a uma estrutura

pré-definida, sistemática. Desta forma, a observação foi assistemática, mais livre, sem uso de fichas de registro, embora tenha seguido um plano de observação conforme os objetivos da pesquisa. Conforme Richardson (2010), a pesquisa não participante assistemática é indicada para este tipo de estudo de caso exploratório.

No caso do APERS, a observação individual da Oficina “Os Tesouros da Família Arquivo” permitiu a visualização das práticas desenvolvidas pelos oficinairos. Não se limitou, desta forma, a mera leitura do guia das Oficinas. Foram observados os recursos humanos do Arquivo, sua estrutura física, recursos didático-pedagógicos e acesso à informação (temas explorados, acervo e tipologias documentais trabalhados).

O levantamento bibliográfico sobre o APERS identificou as fontes secundárias, tais como artigos, o **Guia pedagógico** (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010) e o **Material de apoio ao oficinairo** (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO APERS, 2011?).

A análise dos dados obtidos sobre as Oficinas do APERS considerou os seguintes aspectos: parceria com outras instituições; aporte orçamentário; recursos humanos; propostas das oficinas; recursos didáticos; personagens e intervenções cênicas temáticas mais abordadas; público-alvo; exploração dos documentos do acervo e dos espaços; e utilização da metodologia de Educação Patrimonial.

A discussão dos resultados dispôs estas informações de forma descritiva. Por meio da teoria e da prática, foram destacados os pontos fortes das Oficinas de Educação Patrimonial e também sugestão de melhorias.

5 RESULTADOS: OFICINAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

As Oficinas de Educação Patrimonial do Arquivo Público do Estado são desenvolvidas a partir de dois projetos: Projeto Ação Educativa (do próprio APERS) e Projeto Descobrimo o Arquivo Público (projeto de extensão da UFRGS). Trata-se de um convênio firmado entre Departamento de História da UFRGS, Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Estado (SARH) e Associação dos Amigos do Arquivo Público. Mas é graças ao projeto de extensão da Universidade que o APERS consegue recursos para suas Oficinas, por meio de Editais federais do Proext-Cultura (MINC/MEC) e da CAPES.

As Oficinas estão voltadas aos estudantes do ensino fundamental, que tem a oportunidade de entrar em contato com o acervo documental do Arquivo. Desta forma, cria-se um espaço alternativo no estudo da história e na compreensão do que é patrimônio, uma vez que os locais tradicionais para o desenvolvimento destas atividades, até então, continuam sendo os museus.

Os serviços educativos realizados no APERS estão baseados na metodologia da Educação Patrimonial, segundo Evelina Grunberg (2002 apud SOARES; ALVES, 2010), que divide este trabalho em três etapas:

identificação do bem cultural, através da percepção e observação; registro das percepções efetuadas na etapa anterior, utilizando-se de recursos didáticos diversos – é nesta etapa que os indivíduos começam a apropriar-se do patrimônio – ; e por fim, valorização e resgate do bem cultural (SOARES; ALVES, 2010, p. 1-2).

É na última etapa – valorização e resgate – que se apropria a experiência e informações, transformando-a em conhecimento e capacidade crítica de avaliação.

São duas Oficinas:

- a) Os Tesouros da Família Arquivo;
- b) Desvendando o Arquivo Público: historiador por um dia.

As duas Oficinas procuram apoiar o ensino da História no ensino fundamental. Para tanto, utilizam a metodologia da Educação Patrimonial e seus quatro conceitos-chave: identidade, memória, cidadania e patrimônio cultural:

Desta forma, as atividades buscam ser um espaço de estímulo à reflexão sobre o modo como o **patrimônio** foi constituído, sobre as políticas de preservação e sua difusão para acesso público, além de oportunizar a reflexão e discussão sobre a relação entre **identidade**, acesso a informação, preservação e conservação do patrimônio material e imaterial, pertencimento e **cidadania**. Procuram, assim, instigar a consciência crítica, utilizando-se da **memória** e dos bens culturais para a produção de significados individuais e coletivos. (SOARES; ALVES, 2010, p. 4-5 ; grifo nosso).

Além de ter os mesmos objetivos, que giram em torno dos temas acima dispostos, as duas oficinas convergem também em algumas etapas de sua sistemática e dinâmica, como, por exemplo:

- a) ambas tem duração de aproximadamente duas horas e trinta minutos;
- b) ocorrem sempre nas terças, quartas e quintas-feiras, nos turnos manhã e tarde;
- c) as turmas devem ter, no máximo, 30 alunos por visita. Cada turma é dividida em pequenos grupos, e cada grupo é acompanhado por umicineiro;
- d) recepção dos alunos e apresentação do APERS, feita peloicineiro no Auditório. É onde ocorre o primeiro contato com a história do Arquivo e inicia-se a discussão sobre patrimônio e preservação (SOARES; ALVES, 2010);
- e) visita ao pátio interno do Arquivo;
- f) visita a um dos prédios que abrigam o acervo: oicineiro apresenta o acervo e explica como funciona a organização dos documentos. É o momento em que os alunos conhecem o espaço onde farão a busca dos documentos, desta forma vão interagir com o espaço.

Após estas etapas, iniciam-se as dinâmicas de uma das oficinas escolhidas previamente. Antes da visita ao APERS, é enviado para o professor o Guia Pedagógico (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010). Uma equipe, que contou com a participação de bolsistas e professores de História, historiadores e arquivistas, elaborou as Oficinas e o Guia.

O Guia serve de apoio pedagógico ao professor, e poderá ser usado antes e depois da visita. Com o intuito de garantir uma melhor participação dos alunos, esse Guia possibilita ao professor:

- a) uma explanação de conceitos como patrimônio cultural e documentos de arquivos;
- b) uma breve explicação sobre as etapas das Oficinas;
- c) sugestões de atividades de Educação Patrimonial a serem desenvolvidas em sala de aula.

Além do Guia Pedagógico, foi elaborado um manual aos bolsistas que executam as Oficinas. Chama-se **Material de Apoio ao Oficineiro**: oficinas de Educação Patrimonial “Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia” & “Os Tesouros da Família Arquivo” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO APERS, 2011).

Os objetivos das oficinas são:

- a) aproximar o APERS e universidades das escolas do ensino fundamental (rede pública ou particular) de Porto Alegre e região metropolitana, na sensibilização quanto à preservação do patrimônio arquivístico, arquitetônico e histórico-cultural;
- b) permitir acesso às fontes primárias (documentos preservados no APERS): busca-se compartilhar com os estudantes os elementos constitutivos de identidade, de memória, de pertencimento e de cidadania;
- c) oferecer um espaço onde os alunos possam refletir sobre o bem cultural, contextualizando-o e aproximando-o das vivências atuais;
- d) estimular o exercício do pensamento crítico e da formação da identidade, através do resgate da memória para a produção de significados individuais e coletivos: estímulo obtido graças às atividades lúdico-pedagógicas;
- e) servir como espaço alternativo aos professores e contato direto com outras fontes documentais.

Até o ano de 2010 foram realizadas 86 oficinas, com turmas de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, ou seja, aproximadamente 1.600 alunos foram atendidos.

Além disto, foram realizadas 11 vivências com turmas de estudantes universitários e educadores. Foram capacitados 29 oficineiros de diversas instituições de ensino superior, e está em andamento o processo de capacitação de mais um grupo de 16 oficineiros. O retorno das escolas tem sido bastante positivo: a maioria dos professores ou coordenadores que entram em contato para agendar uma primeira oficina acaba marcando

diversas outras. O próprio comportamento dos educandos durante as oficinas demonstra a receptividade deles (SOARES; ALVES, 2010, p.8).

Na observação individual da Oficina Os Tesouros da Família Arquivo, foi constatado que, ao longo da dinâmica, a maioria dos alunos participou ativamente e com entusiasmo, sobretudo no momento da caça ao tesouro. Desta forma, percebeu-se a necessidade dos estudantes em viver experiências educativas em espaços dinâmicos, além das salas de aulas.

Bolsistas e voluntários compõem o grupo de trabalho de ambas as oficinas. São estudantes de graduação do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade Porto Alegre (FAPA) e Instituto Porto Alegre (IPA). O grupo recebe uma capacitação no início de cada semestre, na qual são apresentados os espaços do APERS, iniciam-se discussões teóricas sobre Educação Patrimonial e explica-se a dinâmica e recursos envolvidos nas duas Oficinas. Também são atribuídas atividades e responsabilidades, conforme o grupo ao qual pertence:

- Coordenação do projeto: responsável pela elaboração, orientação e resolução das questões referentes às atividades das oficinas.
- Bolsistas: responsáveis diretos pelo acompanhamento, orientação das atividades durante o treinamento e sua aplicação pelosicineiros.
- Oficineiros: alunos de graduação sejam aqueles que estão em situação de estágio curricular obrigatório na área de Educação Patrimonial, ou aqueles que desejam realizar as oficinas para receber certificado de atividade de extensão (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO APERS, 2011?, p.5).

Nas entrevistas com a Equipe de Ação Educativa, foi relatado que os oficineiros voluntários, que são estudantes de História, recebem certificados de horas complementares ou para realização de estágio curricular obrigatório. Também foi informado que, no primeiro semestre de 2011, as Oficinas contavam com 15 voluntários, ligados ao Projeto por 40 horas. As atividades de formação de oficineiros abrangem encontros de capacitação, práticas, treinamento e acompanhamento como observadores.

Quanto aos recursos didático-pedagógicos empregados nas Oficinas, são utilizados materiais simples, tais como: caixas de papelão, reproduções de documentos, lupas, imagens diversas impressas em papel A4, envelopes coloridos, pranchetas, canetas e tatames para os grupos sentarem confortavelmente no chão.

A divulgação destes serviços educativos, conforme funcionário da Equipe de Ação Educativa, ocorre por meio do envio de ofícios às escolas de Porto Alegre e da região metropolitana. Também foi produzido o *folder* abaixo (ver também **Anexo A** - Folheto das Oficinas de Educação Patrimonial):

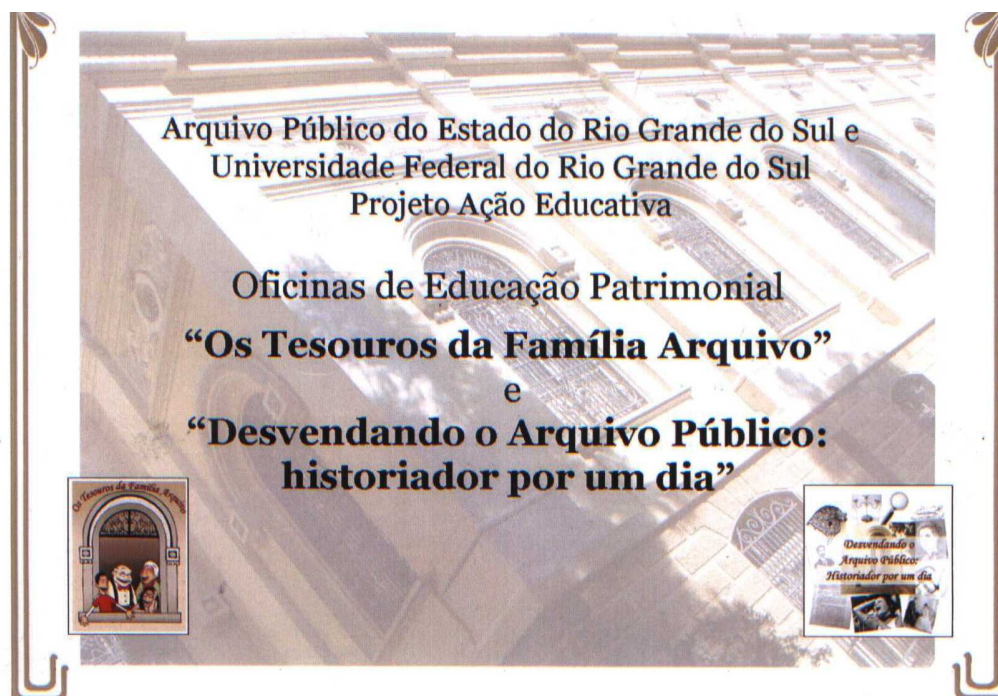


Figura 7 – Capa do *folder* das Oficinas

Outra forma de sensibilização os professores para a Educação Patrimonial foi a apresentação do potencial pedagógico de outras instituições, através da promoção do Curso Educação Patrimonial e Cidadania, ocorrido em 2011. Este curso foi uma parceria entre o Departamento de História da UFRGS, a Pós-Graduação em História da UFRGS e o APERS.

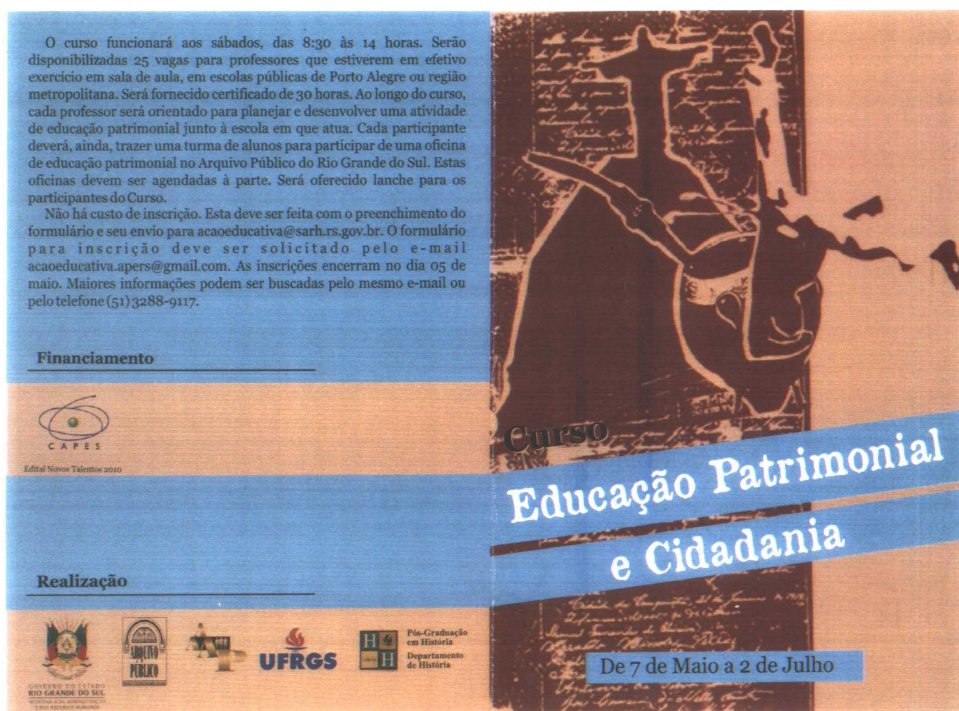


Figura 8 – Capa e contracapa do *folder* do curso

5.1 Oficina “Os Tesouros da Família Arquivo”

As informações sobre a Oficina Os Tesouros da Família Arquivo foram coletadas em observação direta individual, em entrevista com bolsista e oficinairos e em pesquisa bibliográfica, cujas fontes consultadas foram: **Guia Pedagógico** (2010); **Material de apoio ao oficinairo** (2011?); e artigo **Educação Patrimonial é coisa de museu?** (SOARES; ALVES, 2010).

Os Tesouros da Família Arquivo foi a primeira oficina criada, entre os anos de 2008 e 2009, e desde então é realizada. Em 2009, foi custeada com verbas do Edital Proext-Cultura, do Ministério da Cultura. Em 2010, foi mantida com recursos da UFRGS e da Associação de Amigos do APERS. Após sua criação, surgiu a necessidade de criar uma nova oficina, com a justificativa de que a capacidade cognitiva modifica-se conformem cada faixa etária dos alunos do ensino fundamental (SOARES; ALVES, 2010).

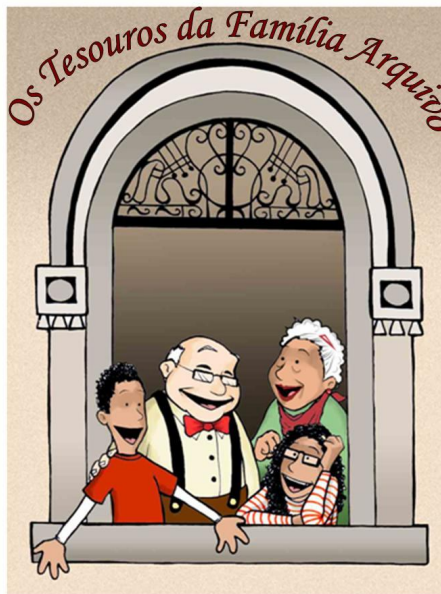


Figura 9 – Logotipo da Oficina Os Tesouros da Família Arquivo

Tem como objetivo desenvolver a noção de patrimônio a partir da experiência com documentos arquivísticos – fontes primárias – do período da escravidão. Assim, os alunos entram em contato com estes documentos e acabam por produzir, também, registros de sua própria história.

Trata-se de uma atividade voltada a crianças da 5ª e 6ª série do ensino fundamental. É realizada em três dias da semana: terças, quartas e quintas-feiras. Tem duração de duas horas e meia, nos turnos da manhã – das 9h às 11h30min – e da tarde – das 14h às 16h30min. O Professor deve agendar previamente com a Equipe de Ação Educativa.

A equipe que disponibiliza este serviço é composta de estudantes da graduação em História, principalmente. São bolsistas do Projeto eicineiros voluntários ou em conclusão do estágio curricular.

Ao observar-se esta Oficina, *in loco*, pode-se estabelecer uma ordem em sua dinâmica. Portanto, Os Tesouros da Família Arquivo está dividida nas seguintes etapas:

- a) apresentação do APERS;
- b) visita guiada ao longo do jardim e acervo;
- c) primeira dinâmica: identificação dos alunos e montagem de bonecos;
- d) teatro de bonecos “A Família Arquivo conta sua história”;

- e) dinâmica: caça aos “Tesouros da Família Arquivo”;
- f) fechamento: relato e discussão das atividades em cada grupo de estudantes.

A apresentação do Arquivo aos alunos é iniciada no Auditório Marcos Justo Tramontini. Após a recepção pelos oficinairos, as crianças assistem uma apresentação em *powerpoint*, na qual são explanados os sentidos de Educação Patrimonial, patrimônio, bens culturais, cidadania, entre outros conceitos. Tal explanação, naquele momento, foi feita por uma historiadora, bolsista do Projeto.

Por meio de explicações e perguntas feitas pela bolsista e oficinairos aos alunos, são resgatados exemplos contemporâneos que ilustram conceitos como, por exemplo: o hábito de tomar chimarrão, que é uma das heranças culturais dos gaúchos; o Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS; os arquivos e a guarda de diversas espécies documentais.

A bolsista apresenta o histórico do APERS e explica que a construção do Prédio I foi influenciada pelo Positivismo. A arquitetura do Prédio II também sofreu influências positivistas. Neste momento da apresentação, foi delimitado o conceito de arquitetura neoclássica: um estilo arquitetônico representado pelos Prédios do Arquivo. Desta forma, o Neoclássico valorizou as civilizações antigas ocidentais que influenciaram a arquitetura positivista (ou neoclássica). São comparadas imagens do Coliseu e Partenon com as fotos do APERS. Ressaltou-se também a existência de outros prédios públicos da mesma época da construção do APERS, como é o caso do Palácio Piratini e da Biblioteca Pública do Estado.

Quanto às características arquitetônicas, os alunos são indagados sobre os detalhes das colunas, os arcos das janelas e a harmonia do conjunto do monumento.

Ainda na apresentação em *powerpoint*, a bolsista abordou o conceito de fonte histórica e o relacionou com a concepção restritiva do Positivismo, que considerava apenas os documentos escritos como fontes confiáveis. Hoje, no entanto, qualquer registro é fonte histórica: as fotos, as gravações de som, os mapas, entre outros.

A explanação histórica é encerra com perguntas como “Qual é o significado da palavra preservar?”, “Por que preservar um bem cultural?” e “Quais são as ações a tomar?”, feitas pela bolsista aos alunos, no intuito de aproximar o passado da realidade atual e resgatar a identidade.

Após, apresentaram-se as regras e recomendações do APERS para preservação do acervo ao longo da visita dos alunos, tais como: não comer e não beber, não usar *flash* e não tocar na documentação sem luvas.

Feita a conclusão dos *slides*, os alunos são encaminhados aos jardins do Arquivo, sendo divididos em pequenos grupos. Cada grupo é acompanhado por um oficinairo. Neste passeio, os alunos conheceram o pátio, ao mesmo tempo que apropriaram-se da arquitetura e do contexto histórico da construção. Depois desta visita externa, as crianças adentraram nos prédios que abrigam o acervo documental. Os oficinairos observados explicaram o porquê da temperatura controlada, o uso de películas protetoras nas janelas, os tipos de documento e o método de arquivamento nas estantes, bem como a organização dos fundos.

Concluída a visita ao acervo, os estudantes se dirigiram à Sala Borges de Medeiros. Nela, estão dispostos tatames para os alunos sentarem, em grupos. A Sala apresenta *banners* sobre conceitos de identidade, memória, cidadania, patrimônio arquitetônico e arquivístico. Há também um *banner* com logotipo da Oficina Os Tesouros da Família Arquivo e uma placa da Oficina Historiador por um dia. Além disso, há um armário antigo, que expõe objetos de época: telefones, tintureiro, balanças, objetos de decoração, entre outros.

Quando se inicia a primeira dinâmica, solicitou-se que cada aluno preenchesse uma “ficha de cadastro”, com as seguintes informações: nome, idade, bairro onde vive, quem mora junto, nome da Escola/série/turma, há quanto tempo estuda nesta Escola, e opinião sobre o que poderia ser feito para tornar o mundo melhor. Após seu preenchimento, a cada aluno foi entregue um boneco de papel que representa um menino ou uma menina. Nestes bonecos, os estudantes foram instruídos a colocar as informações preenchidas na ficha de cadastro supracitada.

Preenchidos todos os bonecos de papel, estes foram expostos no mural da Família Arquivo. A bolsista explicou que as fichas de cadastro serão arquivadas para preservação da memória e fez um paralelo das informações incluídas nos bonecos com o conceito de identidade.

Ao final desta explanação, foi iniciado o teatro de fantoches. As personagens são um casal de avós – Seu Documétrio e Dona Memoriana – e seus dois netos – Duda e Beto. Os avós contam aos netos uma história de família, para ajudá-los em um trabalho da escola. A história resgatou elementos da cultura afro-brasileira, escravidão e registro de escravos.

Após a conclusão do teatro de fantoches, foi feito um intervalo de aproximadamente 15 minutos, para que as crianças possam descansar e fazer lanches no jardim do Arquivo.

Os alunos, ao retornarem à Sala Borges de Medeiros após o intervalo, são instigados a participar da dinâmica “Caça ao Tesouro”. Tal dinâmica

[...] consiste em buscar no acervo da instituição caixas coloridas que contêm documentos referentes à escravidão. Cada grupo será correspondente a uma cor (vermelho, azul, verde, laranja e preto) e cada cor terá correspondência com um documento específico, de maneira que os oficinairos ficarão sabendo de antemão com qual documentação trabalharão em cada oficina. A procura é conduzida através de 03 pistas encontradas nas próprias caixas e 01 pista localizada em envelope escondido no acervo (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO APERS, 2011?, p. 13).

A finalidade desta dinâmica é promover a discussão sobre a importância dos documentos históricos como registros que permitem conhecer culturas e comportamentos distantes temporalmente. Portanto, deduz-se sobre a necessidade da preservação do patrimônio documental, pois é um bem cultural carregado de informações e significados à atualidade.

De volta a Sala Borges de Medeiros com suas respectivas caixas, cada grupo iniciou a reconstituição da história de um sujeito escravo, que é montado de forma semelhante aos bonequinhos de papel da primeira dinâmica.

A montagem destes bonecos se dá através de pesquisa em réplicas de documentos que fazem parte do acervo da instituição. Com base nos dados existentes nesses documentos e de hipóteses formuladas entre os educandos o enigma é decifrado.

Nesta etapa da dinâmica, discutimos a importância da fonte histórica como um registro que permite conhecer comportamentos e culturas distantes temporalmente, assim como o exercício da pesquisa histórica. Desta forma se destaca a importância da preservação do patrimônio como fonte de memórias e significados (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO APERS, p.13).

A construção dos sujeitos-escravos foi obtida através da análise das reproduções de documentos contidos nas caixas, com ajuda dos oficinairos. Podem ser documentos de Compra e Venda, Carta de Alforria, Testamento, Inventário ou Processo Crime, conforme o grupo. Neste momento, foi feita uma contextualização da escravidão e uma discussão com o grupo.

O fechamento da Oficina se deu quando os alunos foram convidados a apresentar suas descobertas. Foi feita “[...] uma retomada dos temas que foram trabalhados durante a oficina: o que significa ser cidadão hoje, quais documentos podem contar nossa história, que outras formas de patrimônio nós produzimos e não são trabalhadas ou reconhecidas como tal” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, p.16).

Para tanto, a bolsista abordou o porquê de serem obtidas menos informações sobre indivíduos escravizados, comparados aos senhores de escravos. Destacou também que os escravos foram submetidos a duras condições de vida e de trabalho, de forma injusta, como é o caso de Rufino, que foi acusado (sem provas) de roubo porque era “escravo”. Esta história foi resgatada de um processo crime do século XIX. Após essa exposição, os oficinairos e a bolsista se despediram dos alunos e agradeceram sua participação e empenho.

Os recursos didático-pedagógicos empregados foram:

- a) teatro de fantoches: 4 bonecos, um palco fixo;
- b) reproduções de carta de alforria, testamento, inventário, contrato de compra e venda de escravos e processo-crime;
- c) caixas coloridas.

5.2 Oficina “Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia”

As informações sobre esta Oficina foram obtidas por meio de uma pesquisa bibliográfica às seguintes fontes: **Guia Pedagógico** (2010); **Material de apoio ao oficinairo** (2011?); e artigo **Educação Patrimonial é coisa de museu?** (SOARES; ALVES, 2010).



Figura 10 – Logotipo da Oficina “Desvendando o Arquivo Público”

A Oficina Desvendando o Arquivo Público foi criada entre dezembro de 2009 e março de 2010 e está destinada às turmas de 7^a e 8^a séries do ensino fundamental. Surgiu da

percepção de que a oficina “Tesouros da Família Arquivo” era mais aprazível a estudantes de quinta e sexta séries. Um dos fatores que contribuiu para que fosse pensada essa outra oficina, foi a curiosidade manifestada pelos estudantes em manipular mais detidamente a documentação existente no acervo (CARDOSO; MONTEMEZZO, 2010, p.9-10).

Esta Oficina também apresenta etapas de observação orientada, registro, exploração e apropriação. No entanto, possui elementos distintos da primeira Oficina, tais como a historiografia e o ofício do historiador. Além disso, trabalha com documentos dos acervos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

A sistemática inicial é igual à utilizada na Oficina Os Tesouros da Família Arquivo, ou seja, os alunos são recepcionados pelos bolsistas eicineiros no Auditório, onde são apresentados o Arquivo e os conceitos de Educação

Patrimonial; após a apresentação em *powerpoint*, os alunos são convidados a conhecer o pátio, os jardins e o acervo.

Porém, durante a visita, ocorre uma intervenção teatral do personagem Professor Marius Temporáclito (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO APERS, 2011?). Este personagem lúdico representa a figura de um assíduo pesquisador do APERS. Na intervenção, o professor discorre sobre o ofício do historiador e o trabalho com as fontes de pesquisa.

Sob o pretexto de que está muito atarefado, o Prof. Marius Temporáclito solicita aos alunos ajuda para poder seguir com suas pesquisas. Nesta etapa, separa os alunos em grupos de pesquisa e delega tarefas, além de identificá-los com colares – espécies de amuletos. “Em seguida abre uma pasta que é um guia de localização de fontes, e desse guia retira as localizações para que cada grupo busque seus documentos nas prateleiras do acervo” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, p.17). Os documentos são de vários tipos e espécies: processo-crime, inventário, habilitação de casamento, certidão de nascimento e processos de medição de terras.

De posse das localizações fornecidas pelo Professor Temporáclito, os grupos partem para a localização das caixas de documentos, acompanhados dos monitores. A etapa de análise dos documentos é realizada na Sala Borges de Medeiros e compreende o manuseio e leitura das fontes com o uso de luvas e lupas. Neste momento são discutidas as diversas temáticas abordadas na Oficina:

A partir da análise dessa documentação os educandos podem realizar reflexões a cerca da prática de pesquisa histórica e de como o conhecimento histórico é produzido e transposto didaticamente para a sala de aula. [...] O manuseio inicial tem como objetivo identificar o tipo de documento que o grupo ficou responsável. São observados também aspectos físicos da documentação, como forma, grafia, suporte material, etc (SOARES; ALVES, 2010, p.7).

Após a análise física dos documentos, inicia-se a etapa de apresentação dos resultados. É quando o monitor incentiva as discussões entre os alunos, que então

vão elaborar a apresentação dos conhecimentos ao grande grupo. A principal ferramenta usada nestas apresentações são os imãs com imagens referentes aos documentos trabalhados e a montagem de um painel. “Através dessas peças, cada equipe montará o que pode ser analisado no documento e apresentará para a turma toda” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, p.19). O fechamento se dá ao longo das apresentações dos grupos:

quando serão discutidas questões gerais que perpassam a oficina, como patrimônio, historiografia, produção historiográfica, ofício do historiador, memória, preservação, identidade e cidadania, estimuladas por questionamentos a respeito das experiências recém vivenciadas. [...] No fechamento, é importante retomar os diferentes tipos de documentos usados na dinâmica [...] compartilhando com o grande grupo a “utilidade” desses documentos para a historiografia e a relação que eles possuem entre si (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO APERS, 2011?, p.18).

Desta forma, oicineiro deverá destacar a importância da preservação dos lugares de memória, tais como os arquivos. Cabe lembrar que o arquivo não é apenas um lugar de memória, mas também é um espaço potencial para o exercício da cidadania, quando facilita ao pesquisador o acesso às fontes documentais.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Abaixo segue uma análise crítica comparativa da Educação Patrimonial no APERS, embasada em autores brasileiros e espanhóis consultados, tais como Heloísa Liberalli Bellotto (2004), Evelina Grunberg (2007), Maria C. Londres Fonseca (2003), Maria B. Pinheiro Machado (2004), Ramon Alberch i Fugueras e Joan Boadas (1991) e José Ramón Cruz Mundet (2005). Esta análise crítica também se apoiou nas experiências dos três arquivos brasileiros abordados no Referencial Teórico: Arquivo Público da Bahia, Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora e Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

A proposta foi verificar em quais pontos a prática do APERS se aproxima da teoria e em que momento estas ações educativas podem ser aprimoradas ou mesmo expandidas.

O primeiro aspecto que se observou foi a parceria com outras instituições. O histórico e organização administrativa das Oficinas de Educação Patrimonial revelaram um forte vínculo com uma instituição federal: a UFRGS. A parceria entre APERS e UFRGS é um ponto positivo, que estimula o intercâmbio de vivências e experiências entre Universidade, alunos de graduação, historiadores, funcionários do Arquivo, enfim, todos voltados à prestação de um serviço educativo muito bem organizado e estruturado. Sem dúvida a contribuição do Departamento de História da UFRGS e da Equipe de Ação Educativa do Arquivo Público garante a continuidade deste serviço, sem prejuízo de sua qualidade.

Tal parceria com uma instituição de outra esfera vai de encontro com as propostas do autor espanhol Alberch i Fugueras (1991), quando este afirma que o aporte orçamentário pode ser respaldado, em parte, por outros órgãos, programas e/ou projetos. Também se assemelha, no quesito administrativo e financeiro, com o Arquivo Público da Bahia, que se valeu de convênios com fundações, empresas, ONGs e outras instituições públicas para criar e manter seus projetos de Educação Patrimonial.

No entanto, no quesito recursos humanos, poderia estar aberto à participação de outros profissionais e estudantes, para assumir o papel de oficinairos, tais como arquivistas, pedagogos, sociólogos, estudantes de Arquivologia e Ciências Sociais. Cruz Mundet (2005) defende a participação dos arquivistas nestas atividades,

quando afirma que equipes multidisciplinares e capacitadas tem mais chance de atender adequadamente os usuários com diferentes tipos de necessidades informacionais, além de facilitar sua acessibilidade ao mundo dos arquivos. Portanto, os arquivistas também são considerados agentes educadores, assim como os licenciados em História.

A exclusividade da participação de estudantes de História, nas duas Oficinas, se nota no seguinte relato:

a realização de uma ação de extensão universitária no Arquivo Público é indicativa da importância que tal instituição tem para a formação profissional de historiadores das universidades e faculdades de Ensino Superior do estado. [...] Nos últimos anos, o Arquivo Público tornou-se um dos espaços onde os alunos em fase de conclusão de curso, estágio curricular obrigatório, passaram a desenvolver suas habilidades não só no campo da pesquisa, mas também na área de ensino. Essa etapa da formação também pode ser experienciada através de atividades de ação educativa, as quais utilizam como recurso pedagógico a ferramenta da metodologia de Educação Patrimonial (CARDOSO; MONTEMEZZO, 2010, p.8).

O enfoque das duas Oficinas também está voltado ao ensino da História para alunos do ensino fundamental, uma alternativa que vai além da tradicional aprendizagem na sala de aula. Neste caso, as Oficinas empregam elementos como história local, acervos documentais, patrimônio arquitetônico, historiografia e ofício do historiador, para então resgatar a memória e a identidade dos alunos e reforçar sua cidadania.

Trata-se de uma estreita preocupação com ensino da História dos currículos escolares e com a manutenção de um espaço para que os monitores, estudantes de graduação de História, possam realizar suas atividades de extensão ou estágio curricular. Porém sabe-se que a Educação Patrimonial vai além do ensino da História. Educação Patrimonial é uma metodologia para entender, identificar e absorver o Patrimônio Cultural de uma comunidade ou de uma nação, como já foi dito anteriormente.

O ideal seria que as Oficinas pudessem ampliar a variedade de elementos, a exemplo dos projetos do AHPAMV, que brindam às crianças, adolescentes e adultos uma gama de personagens com preocupações e intenções diversificadas – desde o cuidado com a natureza, passando pelo reconhecimento do patrimônio tangível, até o estímulo das artes (música, pintura e literatura).

Com relação ao público-alvo das Oficinas, percebeu-se que correspondem a uma parcela da população de estudantes, uma vez que é composto de alunos da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do ensino fundamental, com idades que variam de 10 a 15 anos, e que já tiveram contato com a disciplina de História. Estas Oficinas poderiam ser ampliadas ou até mesmo criados novos serviços, para então estender a todas as faixas etárias: desde os pequeninos, de 5 anos, até os estudantes do ensino médio e EJA. Naturalmente a linguagem das Oficinas teria de ser adaptada às faixas etárias distintas, de forma a aproximar-se da realidade do público e prender-lhe a atenção.

A título de exemplo, tem-se o caso do Projeto Arquivo-Escola, do AHCJF, que destinou sua primeira aula aos alunos do ensino fundamental noturno e cujo tema abordado versava sobre o histórico das relações de trabalho na cidade de Juiz de Fora. Este Projeto associava elementos como urbanização e formação social da população às mudanças históricas que o Brasil sofreu – temática própria à faixa etária e situação social de estudantes de cursos noturnos, que geralmente trabalham no turno diurno e estão complementando sua educação na busca de melhores oportunidades de emprego.

O APERS já entende que é necessário resgatar a cultura dos “excluídos”, necessidade levantada por autoras como Maria C. Londres Fonseca (2003), Maria B. Pinheiro Machado (2004), Evelina Grunberg (2007) e IPHAN. Para tanto, abordam temas como a escravidão e sua vinculação com o exercício da cidadania e a construção das identidades, sobretudo na Oficina “Os Tesouros da Família Arquivo”.

Além desta abordagem, as Oficinas também podem resgatar o histórico de outros grupos multiculturais gaúchos, como é o caso dos imigrantes que vieram da Europa no século XIX e XX, e sobretudo os índios, que atualmente vivem marginalizados. Para ilustrar a evolução histórica destes grupos e aproximá-los da realidade dos alunos, pesquisas de documentos em outros arquivos, como o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) podem ser feitas. Esta ação reforçará a noção de parceria com outras instituições arquivísticas. Os documentos trabalhados poderão ser processos, registros de nascimentos, casamentos e óbitos, enfim, documentação do acervo do Registro Civil do APERS e outros fundos documentais do AHRG, por exemplo.

Com relação aos documentos que constituem o acervo do Registro Civil do APERS, estes podem ser trabalhados de forma a auxiliar na interação entre o passado e o presente, através da exposição de registros que resgatem a identidade das crianças atendidas nas Oficinas. Questionamentos sobre o que é registro civil, para que serve e como estavam dispostas as informações nestes documentos, conforme a Diplomática, são formas de intensificar esta interação.

Uma temática que pode ser abordada nas Oficinas é a genealogia, conforme sugere Cruz Mundet (2005). O acervo do Registro Civil do APERS apresenta tipologias documentais ideais para trabalhar com este tema. As dinâmicas poderão empregar intervenções cênicas, como personagens que retratem cidadãos interessados no histórico de suas famílias. É uma temática que gera muita curiosidade nos cidadãos em geral e poderia ser despertada desde cedo nas crianças.

Outros temas interessantes que podem ser abordados são, a exemplo do AHCJF, APB e AHPAMV e recomendações de Bellotto (2004):

- a) modificação do espaço urbano das cidades gaúchas;
- b) preservação do meio ambiente: como cenário, tem-se o jardim do APERS;
- c) patrimônio histórico dos municípios do RS;
- d) evolução da educação;
- e) histórias de trabalho;
- f) greves operárias;

Sobre os recursos didáticos empregados nas Oficinas, o APERS utilizou uma variedade de materiais, jogos e intervenções cênicas, o que lhes dá um caráter lúdico, cuja intenção é ensinar de forma participativa e divertida. A forma como são trabalhadas as reproduções de documentos possibilita aos estudantes o conhecimento de aspectos físicos da documentação, como forma, grafia, suporte material, elementos da Diplomática, e até mesmo o contato com estilos de escrita antigos (Paleografia). Não há dúvida de que os estudantes vivenciam intensamente a atmosfera dos arquivos, através da análise da documentação e pesquisa.

A proposta da Oficina “Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia” pode ser comparada com a proposta de Alberch i Fugueras (2001), sobre o uso de jogos. Esta dinâmica estimula o aluno a assumir o papel de detetives de história – no caso da Oficina em questão, os alunos são os ajudantes do Professor Marius Temporáclito, personagem que representa um pesquisador assíduo do Arquivo

Público. Tais jogos propõem enigmas históricos que se resolverão mediante o estudo de documentos arquivísticos. Cabe lembrar que o Professor Marius Temporáclito lembra o personagem Detetive Coruja, do Projeto Vivo Toque, do AHPAMV, que também conquista a platéia e encoraja-a a investigar um fato histórico através de um jogo empolgante. Tal semelhança confirma que as oficinas e projetos de Educação Patrimonial dos arquivos estão atentos às propostas da teoria estudada.

As intervenções cênicas podem ser desenvolvidas em sala de aula, ou mesmo em palestras formais, mas provavelmente não se obteria a atmosfera de encantamento que os arquivos promovem ao servirem como cenários reais. Além disso, a execução de peças teatrais no Arquivo Público, voltadas ao público escolar, é um serviço que possibilitará o envolvimento de uma equipe multidisciplinar, participando alunos, professores, historiadores e arquivistas.

Conforme pesquisa nas obras dos autores Bellotto (2004) e Cruz Mundet (2005), por exemplo, associada às experiências dos três arquivos brasileiros abordados no Referencial Teórico, essa pesquisa sugere ao Arquivo Público a adoção de alguns recursos e serviços. A adoção das sugestões abaixo, por parte do APERS, prevê a observância da faixa etária e necessidade informacional do usuário atendido.

Nesta linha, o APERS pode oferecer aulas de história em suas dependências, cujo tema será escolhido previamente pelo professor e depois agendará visitação e palestra com a equipe do Arquivo. O pano de fundo será a arquitetura e as fontes históricas no lugar da sala de aula e livros didáticos. Outro serviço interessante, citado por Bellotto (2004) e baseado na experiência dos arquivos franceses, é o concurso Jovem Historiador – cujo temas é pré-estabelecido – destinado aos jovens do ensino médio. Conforme proposta de Bellotto (2004), também se sugere que o serviço de visita guiada seja prestado pelos arquivistas do APERS, por serem profissionais com conhecimento técnico sobre a organização dos acervos, fundos, séries e subséries, o arquivamento e ordenação, o quadro de arranjo e os cuidados com o manuseio dos documentos.

Relativo ao emprego de recursos materiais durante a execução das oficinas, a confecção de maquetes que retratem costumes e locais extintos e o uso de reproduções de documentos históricos são duas formas lúdicas de ensinar, conforme mostra a experiência do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

Também podem ser elaborados livros com temas variados durante as dinâmicas, e que contenham desenhos, citações de documentos e relatos dos alunos, a exemplo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

A respeito da impressão dos estudantes sobre as Oficinas, Cardoso e Montemezzo (2010, p.13) afirmam o seguinte:

Dentre as respostas foram referidas questões sobre a importância da conservação e manuseio dos documentos, e como essas ações preservacionistas são fundamentais para escrever e preservar a nossa história para gerações futuras. Alguns alunos sugeriram montar lugares para guardar a memória do bairro ou da escola.

A narração de fatos do passado, de geração para geração, é uma forma de resgatar a memória da localidade onde residem estas crianças e adolescentes: a mãe conta ao filho, o filho conta para seu filho. E desta forma se preserva a memória, recriam-se situações e lugares que existiram, através de narrativas sobre o “antigamente...”.

Em se tratando de divulgação dos serviços educativos, os quatro casos citados – APERS, AHPAMV, AHCJF e APB – parecem não possuir liberdade administrativa e orçamentária para promover a propaganda de suas atividades. A divulgação é restrita aos ofícios enviados às escolas, conforme relatos da historiadora da Equipe de Ação Educativa do APERS.

Os entrevistados afirmaram que o *site* do APERS é restrito e engessado, pois limita as atualizações a uma estrutura de notícias cronológicas e dificulta a visualização do usuário. Desta forma, não permite criação de *link* exclusivo às ações educativas. No entanto, segundo afirmaram dois integrantes da Equipe de Ação Educativa, está em construção um *blog* das Oficinas de Educação Patrimonial. *Blogs* são *sites* mais flexíveis que as páginas *web* institucionais, e possibilitam a publicação rápida de textos colaborativos e artigos.

Com relação ao número de alunos atendidos por oficina, o APERS procura respeitar o número máximo de 30 estudantes. Conforme Cruz Mundet (2005), este número é ideal para manter a atenção dos alunos. As ditas Oficinas tem um cuidado maior, porque ainda dividem estes 30 alunos em pequenos grupos, com acompanhamento de um oficineiro ou monitor por grupo.

Foi observado que o APERS possui espaços destinados exclusivamente ao atendimento do público e realização de eventos (oficinas, cursos, seminários e exposições). O auditório é amplo e possui recursos como *datashow* e murais. Conforme bolsista da Equipe, a Sala Borges de Medeiros está preparada permanentemente ao atendimento dos alunos que participam das Oficinas de Educação Patrimonial.

Nesta Sala, encontram-se murais, *banners*, um armário expositor, um mini palco para apresentação do teatro de fantoches e tatames, dispostos de forma a atender confortavelmente as crianças. Os recursos didáticos são os murais, onde os monitores e oficinairos ajudam os alunos a montar seus trabalhos desenvolvidos durante as atividades lúdicas.

Observou-se que os *banners* conceituais buscam fixar visualmente nos alunos e professores os conceitos de memória, cidadania, identidade, patrimônio arquitetônico e arquivístico.

De forma geral, as duas Oficinas estudadas refletem todas as etapas propostas por Evelina Grunberg (2007) para desenvolvimento da metodologia de Educação Patrimonial, onde:

- a) a observação do APERS é o exercício de percepção sensorial do patrimônio histórico – prédios –, através de perguntas do monitor ou oficinairo e jogos de adivinhação e descoberta (detetive);
- b) o registro do bem cultural observado é visualizado nos desenhos e descrições verbais e escritas dos alunos;
- c) a exploração dos documentos – bens culturais – que são analisados por meio de questionamentos promovidos pelos monitores, objetivando o desenvolvimento da análise crítica dos estudantes;
- d) a apropriação do bem cultural através interpretação em diferentes meios de expressão (textos e desenhos).

A fase da apropriação pode utilizar também outras formas de recriação do bem cultural explorado, tais como a dramatizações, pinturas, confecções de livros, entre outros.

7 CONCLUSÃO

Quando se iniciou a redação deste trabalho, algumas dificuldades surgiram e obrigaram a modificação dos objetivos iniciais do projeto de pesquisa. O tema teve de ser restringido à Educação Patrimonial, não se aprofundando, portanto em questões sobre difusão e ação cultural. Caso estes subtemas fossem incluídos, com certeza teríamos uma dissertação, muito complexa e extensa. Portanto optou-se por focar Educação Patrimonial e as Oficinas, o que garantiu uma análise mais intensa e detalhada das informações coletadas. Além disso, pode-se aprofundar o referencial teórico sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Sem dúvida, são assuntos complexos e apaixonantes, que mereceram uma discussão extensa nesta monografia.

Com relação aos objetivos específicos propostos inicialmente, todos foram atingidos. A revisão da literatura abordou os conceitos relacionados à Educação Patrimonial, de forma a explorar suas potencialidades nos arquivos. Foram identificadas e descritas as atividades educativas promovidas pelo APERS. Os pontos fortes das Oficinas de Educação Patrimonial foram apontados, e foram propostas melhorias baseadas na teoria e nos casos práticos do AHPAMV, APB e AHCJF.

Quanto às melhorias apontadas no Capítulo 6, cabe reforçar os seguintes tópicos:

- a) participação em convênios com outras instituições da esfera estadual, com o objetivo de intercâmbio de documentos históricos para exposições temporárias e uso em novas oficinas;
- b) a Associação de Amigos do APERS pode buscar parcerias com ONGs, fundações e empresas da iniciativa pública e privada;
- c) ampliação dos meios de divulgação das Oficinas de Educação Patrimonial. Por exemplo: confecção de novos folhetos (*folders*), com propostas lúdicas, joguinhos e charadas sobre temas diversos; buscar formas gratuitas de divulgação na mídia, por meio de programas de TV ou rádio e publicação de matérias sobre as Oficinas, em jornais e revistas.

Cabe salientar que muitas das propostas de melhorias do Capítulo 6, quanto à promoção de ações e serviços educativos, só poderiam ser resolvidas por forças externas ao APERS. Por exemplo, faz-se urgente a implementação de políticas públicas brasileiras – construção entre governo e população – que reconheçam nos arquivos o potencial didático-pedagógico do ensino de História e da promoção da Educação Patrimonial. Além disso, há a letargia burocrática, própria do serviço público: os mecanismos burocráticos de regulação da atuação de órgãos públicos engessam as funções e atividades do Arquivo Público. Se a Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos não tivesse firmado convênio com a UFRGS, o APERS não contaria com aporte financeiro para oferecimento das Oficinas.

Sobre os acervos e fundos de documentos do APERS, percebeu-se pouca exploração dos seus temas. Neste sentido, sugere-se a criação de novas oficinas que abordem assuntos como: resgate de biografias de personalidades gaúchas (desde pessoas influentes até a história de cidadãos comuns, mas genuinamente próximos das condições sociais atuais); evolução da urbanização no Estado; expropriação de terras; genealogia de famílias; movimentos operários; evolução de instituições celebres, entre outros. Enfim, há uma infinidade de temas e formas de desenvolver atividades, possível através do exercício da criatividade que apenas uma equipe multidisciplinar pode promover, onde arquivistas, sociólogos e pedagogos possam participar ativamente.

De modo geral, os resultados desta pesquisa, a respeito dos serviços educativos prestados pelo APERS, foram além das expectativas iniciais. As Oficinas de Educação Patrimonial são muito bem organizadas e há um processo contínuo e padronizado para formação deicineiros. É um serviço complexo, que respeita e segue os passos da metodologia da Educação Patrimonial dos manuais publicados pelo IPHAN. E a Equipe de Ação Educativa demonstra preocupação e comprometimento com a manutenção das Oficinas.

Por fim, constatou-se que as Oficinas proporcionam aos alunos uma experiência lúdica no processo de aprendizagem dos bens e valores culturais. Os sentidos do ser e vivenciar os processos históricos são aguçados. Busca-se a motivação dos estudantes e a promoção de experiências concretas e de fácil assimilação, onde o aprender brincando faz toda a diferença.

REFERÊNCIAS

ALBERCH i FUGUERAS, Ramon. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: UOC, 2003.

_____. **Ampliación del uso social de los archivos**: estrategias y perspectivas.

Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/ampliacion_del_uso_social_de_los_archivos.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2009.

ALBERCH i FUGUERAS, Ramon; BOADAS, Joan. **La función cultural de los archivos**. Euskadi: Gobierno Vasco, Departamento de Cultura, [1991]. (Ikerlanak, 3)

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. **Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho [material inédito]**. [Porto Alegre: AHPAMV, 20??].

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Guia pedagógico**: oficinas de Educação Patrimonial “Os tesouros da Família Arquivo” & “Descobrimo o Arquivo: historiador por um dia”. Porto Alegre: [CORAG], 2010.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO APERS. **Material de apoio ao oficineiro**: oficinas de Educação Patrimonial “Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia” & “Os Tesouros da Família Arquivo” [material inédito]. [Porto Alegre, s.n., 2011?].

BAUER, Caroline Silveira. Arquivos-morto ou arquivos vivos? Os arquivos da repressão das ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul. In: **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2002/D4553Compilado.htm>>. Acesso em: 19 maio 2011.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; MONTEMEZZO, Laura Ferrari. O ofício do historiador em espaços não formais de ensino: ações educativas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. In: Encontro Estadual de História, 10., 2010, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, UNIFRA, 2010.

CARNICER ARRIBAS, Maria Dolores; GENERELO LANASPA, Juan José. Archiveros o profesores?: hacia un modelo de organización de actividades educativas en los archivos. **Boletín de la Asociación de Archiveros de Castilla y Leon**, Castilla y Leon, v.8, n. 30, 1998, p. 3-6

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 9.ed. São Paulo: Ática, 1997.

COMISSÃO DO ACERVO DA LUTA CONTRA A DITADURA. **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração Universal sobre os Arquivos**. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=610&sid=40>>. Acesso em 11 jan. 2011.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. 6.ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2005.

FERREIRA, Nelson Fernandes. **Ação cultural e educativa em arquivos públicos: o caso Arquivo Público da Bahia** [trabalho de conclusão de curso]. Salvador: UFB, 2008. Disponível em: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/ICI/Arquivologia/Nelson_Fernandes_Ferreira.pdf>. Acesso em 12 jan. 2011.

FLICK, Uwe. **Qualidade na Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. Educação patrimonial [entrevista]: parte 1. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=sRikhvqt664>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 56–76.

GIOVANAZ, Marlise. Mário de Andrade: ativista da preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p.209-217, jan.-jun. 2002.

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. **Cadernos do CEOM**, Ano 14, n. 12, p. 159-180, jun. 2000.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília, DF : IPHAN, 2007.

GUIMARÃES, Elione Silva; PINHEIRO, Francisco Carlos Limp. O potencial pedagógico dos arquivos históricos: relato da experiência da cidade de Juiz de Fora. **Registro**, Indaiatuba, 2003, v.2, n.2, p. 40-51.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. **Arquivo Público**. Disponível em:
<<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15733>>. Acesso em: 20 maio 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NACIONAL. **Educação Patrimonial**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=0ECF067CA6C395D20BC3B9FAC9B5260A?id=15481&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 14 maio 2011.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. **Cultura e cidadania**. Disponível em:
<<http://proesq.institucional.ws/psicoeducacao/tabid/192/Default.aspx>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

LOSEKANN, Silvana. **Arquivo Público festeja 105 anos**. Disponível em:
<<http://www.defender.org.br/porto-alegrers-arquivo-publico-festeja-105-anos/>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial**: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Ed., 2004.

MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 8., 2010, Porto Alegre. **Anais...**: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2010. 498 p.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do CEOM**, Ano 21, n. 29. Disponível em <<http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/326/167>>. Acesso em 18 set. 2009.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação patrimonial como instrumento de cidadania. **Revista Museu**, 2004. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562>. Acesso em 08/08/2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEGALA, Lygia. **Identidade, educação e patrimônio**: o trabalho do Laboep. Disponível em: <http://www3.iphan.gov.br/bibliotecavirtual/?page_id=275>. Acesso em: 10 maio 2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SIMON, Círio. **Blog do Prof. Círio Simon**. Disponível em: <<http://profciriosimon.blogspot.com/2010/03/o-arquivo-do-instituto-de-artes-da.html>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

SOARES, Daniela de Lima; ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer. Educação Patrimonial é coisa de museu?: uma reflexão sobre o uso da metodologia em arquivos e em sala de aula. In: Jornada de Ensino de História e Educação, 16. e Seminário de Estudos Históricos: Políticas Públicas e Desafios Para o Ensino da História, 9., 2010, Novo Hamburgo. **Anais...** Novo Hamburgo: [s.n.], 2010.

Anexo A – Folheto das Oficinas de Educação Patrimonial